



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Edital
EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2021 – SEMAD

TIPO: MENOR PREÇO (POR LOTE)

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIOS FLORESTAIS (BRIGADISTAS), EM CARÁTER TEMPORÁRIO POR 6 (SEIS) MESES, PARA ATUAÇÃO NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS EM GOIÁS

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 06/12/2021, às 09:00 horas

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2021

O ESTADO DE GOIÁS, através Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, por intermédio de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio designados pela Portaria nº 167/2021, publicada no DOE em 06/07/2021, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade Pregão (Eletrônico), tipo Menor Preço (POR LOTE), em sessão pública eletrônica a partir das **09:00 horas** (horário de Brasília-DF) do dia **06/12/2021**, através do site www.comprasnet.go.gov.br, destinado à CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIOS FLORESTAIS (BRIGADISTAS), EM CARÁTER TEMPORÁRIO POR 6 (SEIS) MESES, PARA ATUAÇÃO NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS EM GOIÁS, em regime de execução de empreita por preço global, de acordo com as condições e especificações constantes no Termo de Referência, Anexo I e demais disposições fixadas neste Edital e seus Anexos, relativo ao Processo nº 202100017011930, nos termos da Lei Federal Complementar nº 123/2006, Lei Estadual nº 17.928/2012, Decretos Estaduais nº 9.666/2020 e nº 7.466/2011, Lei Federal nº 10.520/2002, e, subsidiariamente, a Lei Federal 8.666/1993 e suas alterações e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie. O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis no endereço citado abaixo ou nos sites www.comprasnet.go.gov.br e www.meioambiente.go.gov.br

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
GERÊNCIA DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS-GECC
Rua 82, Nº 400 Palácio Pedro Ludovico Teixeira – 2º andar, Ala Leste – Centro
CEP 74.015-908 – Goiânia - GO
Fone: (62) 3201 5237
E-mail: licitacao.meioambiente@goias.gov.br

Morian Scussel Malburg
Pregoeiro

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2021

O ESTADO DE GOIÁS, ATRAVÉS DA Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável-SEMAD, localizada na Rua 82, nº. 400 Palácio Pedro Ludovico Teixeira – 2º andar - Ala Leste – Centro – CEP: 74.015-908 – Goiânia – GO – Fone: (62) 3201-5210 – site www.meioambiente.go.gov.br, inscrita no CNPJ sob o nº 00.638.357/0001-08, representada por sua Secretária, Dra. ANDRÉA VULCANIS¹, brasileira, inscrita na OAB/DF sob o nº 37.330 e no CPF sob o nº. 845.216.009-72, residente domiciliada nesta capital, por intermédio de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio designados pela Portaria nº 167/2021, publicada no DOE em 06/07/2021, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade Pregão (Eletrônico), tipo Menor Preço (POR LOTE), em regime de execução de empreita por preço global, em sessão pública eletrônica, através do site www.comprasnet.go.gov.br, relativo ao Processo nº 202100017011930, nos termos da Lei Estadual nº 17.928/2012, Decretos Estaduais nº 9.666/2020 e nº 7.466/2011, Lei Federal nº 10.520/2002, e, subsidiariamente, a Lei Complementar nº 123/2006, a Lei Federal 8.666/1993 e suas alterações e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, bem como as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1. DO OBJETO

- 1.1. O presente pregão tem por objeto à CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIOS FLORESTAIS (BRIGADISTAS), EM CARÁTER TEMPORÁRIO POR 6 (SEIS) MESES, PARA ATUAÇÃO NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS EM GOIÁS, em regime de empreita por preço global, de acordo as condições e especificações constantes no Termo de Referência, Anexo I e demais disposições fixadas neste Edital e seus Anexos.
- 1.2. Nenhum item será adjudicado acima do valor estimado no Termo de Referência (Anexo I), o qual poderá ser revisto através de impugnação fundamentada nas condições e nos prazos previstos neste edital.

2. DO LOCAL, DATA E HORA

- 2.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, através do site www.comprasnet.go.gov.br, no dia **06/12/2021** a partir das **09:00h**, por meio do Sistema Eletrônico de Administração de Compras e Serviços do Estado de Goiás – SEACS, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação, em todas as suas fases.
- 2.2. Os documentos de habilitação (que permanecerão ocultos até o final da fase de lances) e as Propostas Comerciais deverão ser encaminhadas de forma eletrônica, através do site www.comprasnet.go.gov.br, a proposta contendo o valor unitário da cada item e o valor total do lote único, de acordo com o

Modelo do anexo III, no período compreendido entre as **08:00h** do dia **22/11/2021** e as **09:00h** do dia **06/12/2021**.

- 2.3. A fase competitiva (lances) terá início previsto para o dia **06/12/2021** às **09:10 horas**, com seu encerramento por prorrogação automática 2+2 ativado às **09:20 horas** deste dia.
- 2.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, independentemente de nova comunicação, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.
- 2.5. Todas as referências de tempo contidas neste Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.
- 2.6. Os avisos que o Pregoeiro julgar necessários, serão publicados no sistema [comprasnet](#).

3. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

- 3.1. Qualquer cidadão ou licitante poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório em até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a realização da sessão pública do pregão.
- 3.2. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 02 (dois) dias úteis.
- 3.3. Se reconhecida a procedência das impugnações ao instrumento convocatório, a administração procederá à sua retificação e republicação com devolução dos prazos.
- 3.4. Os pedidos de esclarecimentos, impugnação ou providências ao Edital deverão ser encaminhados, exclusivamente, de forma eletrônica, pelo site www.comprasnet.go.gov.br.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DO TRATAMENTO DIFERENCIADO CONCEDIDO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

- 4.1. Poderão participar deste Pregão as empresas:
 - a) do ramo pertinente ao seu objeto, legalmente constituídos;
 - b) que atendam as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos;
 - c) que possuam cadastro obrigatório (certificado de registro cadastral – CRC emitido pelo CADFOR ou por certificado de registro cadastral que atenda aos requisitos previstos na legislação geral). O certificado de registro cadastral deverá estar homologado e válido na data de realização do Pregão. Caso o CRC apresente “*status irregular*”, será assegurado a licitante o direito de apresentar, via eletrônica, a documentação atualizada e regular na própria sessão. O licitante vencedor que se valer de outros cadastros para participar de pregão por meio eletrônico deverá providenciar sua inscrição junto ao CADFOR, como condição obrigatória para a sua contratação;
 - d) que, previamente, realizem o credenciamento junto ao [ComprasNet.GO](#).
- 4.2. A participação neste pregão eletrônico dar-se-á por meio da digitação de login e senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento da Proposta Comercial em data e horário previstos neste Edital, exclusivamente por meio eletrônico.
- 4.3. Como requisito para participação neste Pregão, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico www.comprasnet.go.gov.br, o pleno conhecimento e atendimento das exigências de habilitação previstas no Edital.
- 4.4. É vedada a participação de empresa:
 - 4.4.1. Em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação.
 - 4.4.2. Que tenha sido declarada inidônea pela Administração Pública e, caso participe do processo licitatório, estará sujeita às penalidades previstas no Art. 97, parágrafo Único da Lei Federal 8.666/93.
 - 4.4.3. Que esteja suspensa e/ou impedida de licitar junto ao Cadastro Unificado do Estado –CADFOR.
 - 4.4.4. De acordo com o Art. 9º da Lei 8.666/93, não poderá participar da licitação, direta ou indiretamente:
 - I - o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;
 - II - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;
 - III - servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.
 - IV - Aplica-se o disposto no item 4.4.4.1 aos membros da Comissão de Licitação, ao pregoeiro e à equipe de apoio
 - 4.4.5. É permitida a participação do autor do projeto ou da empresa a que se refere o inciso II deste artigo, na licitação de obra ou serviço, ou na execução, como consultor ou técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento, exclusivamente a serviço da Administração interessada.
 - 4.4.6. Considera-se participação indireta, para fins do disposto neste artigo, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.
- 4.5. As licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, sendo que a SEMAD não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 4.6. Não poderão se beneficiar do regime diferenciado e favorecido em licitações concedido às microempresas e empresas de pequeno porte, art. 3º, §4º, incisos I a XI, pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, licitantes que se enquadrem em qualquer das exclusões relacionadas em seu artigo terceiro.
- 4.6.1. A falsa declaração ou a não apresentação da documentação comprobatória quando solicitada, implicará na abertura de processo administrativo e consequente aplicação das sanções cabíveis.
- 4.7. Para usufruir dos benefícios estabelecidos no Decreto Estadual nº 7.466/2011, a licitante que se enquadrar como microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá declarar-se como tal, devendo apresentar certidão que ateste o enquadramento expedida pela Junta Comercial ou, alternativamente, documento gerado pela Receita Federal, por intermédio de consulta realizada no sítio www.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional, podendo ser confrontado com as peças contábeis apresentadas ao certame licitatório.
- 4.7.1. O próprio sistema disponibilizará a licitante a opção de declarar-se como microempresa ou empresa de pequeno porte. A não manifestação de enquadramento, quando indagado pelo sistema eletrônico, implicará no decaimento do direito de reclamar, posteriormente, essa condição, no intuito de usufruir dos benefícios estabelecidos na Lei supramencionada.

5. DO CREDENCIAMENTO

5.1. O acesso ao credenciamento se dará aos licitantes com cadastro homologado pelo Cadastro Unificado do Estado – CADFOR da Superintendência de Suprimentos e Logística da SEAD e/ou ao licitante com cadastro simplificado, caso o licitante pretenda utilizar-se de outros cadastros, em atendimento a Instrução Normativa nº 04/2011, da SEGPLAN, conforme o texto abaixo:

Art. 10. (...)

§ 3 Em caso do licitante pretender utilizar-se de outros cadastros que atendam a legislação pertinente para participar do Pregão Eletrônico, efetuará seu credenciamento de forma simplificada junto ao CADFOR, caso em que ficará dispensado de apresentar toda a documentação abrangida pelo referido cadastro, mediante a apresentação do mesmo ao CADFOR e terá registrado apenas a condição de “credenciado”.

5.1.1. Para cadastramento, renovação cadastral e regularização, o interessado deverá atender a todas as exigências do Cadastro Unificado do Estado - CADFOR da Superintendência Central de Compras Governamentais e Logística da SEAD até o 5º (quinto) dia útil anterior à data de registro das propostas. A relação de documentos para cadastramento está disponível no site www.comprasnet.go.gov.br.

5.1.2. Não havendo pendências documentais será emitido o CRC - Certificado de Registro Cadastral pelo CADFOR, no prazo de 04 (quatro) dias úteis contados do recebimento da documentação.

5.1.3. A simples inscrição do pré-cadastro no sistema Comprasnet.go, não dará direito à licitante de credenciar-se para participar deste Pregão, em razão do bloqueio inicial da sua senha.

5.1.4. O desbloqueio do login e da senha do fornecedor será realizado após a homologação do cadastro da licitante.

5.1.5. Conforme Instrução Normativa nº 004/2011 – SEGPLAN, em caso do licitante pretender utilizar-se de outros cadastros que atendam a legislação pertinente para participar do pregão eletrônico, efetuará seu credenciamento de forma simplificada junto ao CADFOR, caso em que ficará dispensado de apresentar toda a documentação abrangida pelo referido cadastro, mediante a apresentação do mesmo ao CADFOR e terá registrado apenas a condição de “credenciado”.

5.1.6. O licitante com status "credenciado" deverá encaminhar todos os documentos de habilitação via sistema comprasnet e, caso, após a fase da disputa de lances, tenha a melhor oferta, terá os documentos encaminhados eletronicamente ao CADFOR para homologação do seu cadastro.

5.2. Os interessados que estiverem com o cadastro homologado ou “credenciados” (conforme item 4.1) deverão credenciar-se pelo site www.comprasnet.go.gov.br, opção “login do FORNECEDOR”, conforme instruções nele contidas.

5.3. O credenciamento dar-se-á de forma eletrônica por meio da atribuição de chave de identificação ou senha individual.

5.4. O credenciamento do usuário será pessoal e intransferível para acesso ao sistema, sendo o mesmo responsável por todos os atos praticados nos limites de suas atribuições e competências;

5.5. O credenciamento do usuário implica sua responsabilidade legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

5.6. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua exclusiva responsabilidade, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou a SEMAD, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.7. As informações complementares para cadastro e credenciamento poderão ser obtidas pelos telefones **(62) 3201-6625, 3201-6629 e 98304-9641**; Para operação no sistema Comprasnet.go pelo telefone **(62) 3201-8752**.

5.8. Incumbirá à licitante providenciar seu acesso para Assinatura Digital de Documentos e Processos (usuário externo) pelo site: <http://sei.goias.gov.br/>, instruções no site: http://sei.goias.gov.br/como_se_cadastrar.php ou pelos telefones **(62) 3201-5723, (62) 3201-5127**, e-mail: sei@goias.gov.br, horário de atendimento das 8h às 12h e das 14h às 18h.

6. DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

6.1. Concluída a fase de credenciamento, as licitantes registrarão suas propostas conforme item 2.2. Só será aceita uma proposta para cada licitante e, ao término do prazo estipulado para a fase de registro de propostas, o sistema automaticamente bloqueará o envio de novas propostas.

6.2. As propostas comerciais deverão ser enviadas através do site www.comprasnet.go.gov.br na data e hora estabelecidas neste edital, após o preenchimento do formulário eletrônico, com manifestação em campo próprio do sistema de que tem pleno conhecimento e que atende às exigências de habilitação previstas no Edital.

6.2.1. O ônus de comprovar a exequibilidade da proposta caberá exclusivamente à licitante, caso solicitado pelo Pregoeiro.

6.3. A Proposta Comercial deverá ser formulada e enviada, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, indicando o preço unitário de cada item. **A disputa na fase de lances será feita pelo valor total do lote.**

6.3.1. Não serão adjudicados valores maiores que os estimados, tanto para Lote(s) quanto para valores unitários.

6.3.2. O sistema comprasnet.go possibilita à licitante a exclusão/alteração da proposta dentro do prazo estipulado no edital para registro de propostas. Ao término desse prazo, definido no item 2.2, não haverá possibilidade de exclusão/alteração das propostas, as quais serão analisadas conforme definido no edital.

6.4. A licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

6.5. Incumbirá ao Licitante acompanhar as operações no sistema durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo pregoeiro ou pelo sistema, ainda que ocorra sua desconexão.

6.6. As propostas deverão atender as especificações contidas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

6.7. Todas as empresas deverão cotar seus preços com todos os tributos cabíveis inclusos, bem como os demais custos diretos e indiretos necessários ao atendimento do Edital e seus anexos. Entretanto, as empresas enquadradas no regime normal de tributação (empresas não optantes do simples), estabelecidas em Goiás, deverão registrar a proposta com preços desonerados do ICMS conforme disposições do Art. 6º, Inc. XCI do Regulamento do Código Tributário do Estado de Goiás - RCTE, que concede isenção de ICMS nas operações e prestação internas, relativas à aquisição de bem, mercadoria e serviço por órgãos da Administração Pública Estadual Direta e suas fundações e autarquias, ficando mantido o crédito, observado, dentre outras coisas, à transferência do valor correspondente ao ICMS ao adquirente mediante a redução do preço do bem, mercadoria e serviço, devendo a redução ser demonstrada no documento fiscal.

6.7.1. Por determinação da Procuradoria-Geral do Estado através de seu Despacho “AG” nº 001203/2013, para as empresas estabelecidas em Goiás, isentas do ICMS, conforme item 5.7 acima, as propostas comerciais, enviadas pelas empresas detentoras das melhores ofertas após a fase de lances, deverão conter, obrigatoriamente, além do preço normal de mercado dos produtos ou serviços ofertados (valor bruto), o preço resultante da isenção do ICMS conferida (valor líquido), que deverá ser o preço considerado como base de julgamento. O valor líquido será aquele registrado no sistema comprasnet.go, como proposta, e será considerado como base para etapa de lances. O valor bruto (com ICMS) servirá apenas para efeito de análise do desconto concedido e para que as ordens de fornecimento possam apresentar os dois valores, facilitando a execução do contrato ou instrumento equivalente.

6.7.2. Para o licitante que não estiver obrigado a promover a desoneração do ICMS, deverá apresentar na proposta, no campo referente ao valor desonerado, o mesmo valor onerado, porém, com alíquota zero.

6.8. Quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas omitidos na proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer outro título.

6.9. A licitante detentora da melhor oferta, após a fase de lances, deverá enviar, em até 04hs (quatro horas) Declaração de Enquadramento na Lei Complementar nº 123/06 (conforme Anexo IV, se for o caso) e a Proposta Comercial, pelo sistema comprasnet, em formato PDF, limitado o tamanho em 10Mb, devendo a mesma conter, obrigatoriamente:

- a) Nome da Empresa, CNPJ, endereço, fone/fax, nº da conta-corrente, Banco, nº da agência, nome do responsável;
- b) Nº do Pregão;
- c) Preço em Real, unitário e total com no máximo duas casas decimais, onde deverá estar incluídas todas as despesas que influam nos custos, tais como: transporte, frete, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), obrigações sociais, trabalhistas, fiscais, encargos comerciais ou de qualquer natureza, e os demais custos diretos e indiretos. O preço apresentado deverá ser aquele resultante da fase de lances e/ou negociação com o Pregoeiro;
- d) Objeto ofertado, consoante exigências editalícias, indicando a marca e modelo e com a quantidade licitada;
- e) Prazo de validade da proposta de **60 (sessenta) dias**, a contar da data da sessão deste Pregão Eletrônico. Caso não apresente prazo de validade será este considerado;
- f) Data e assinatura do responsável;
- g) Valores readequados ao valor ofertado e registrado como de melhor lance.
- h) Apresentar, caso seja necessário, Procuração Particular com firma reconhecida ou Procuração Pública, em nome do representante legal, outorgando poderes para formular ofertas, lances de preços, assumir obrigações, financeiras, e praticar todos os demais atos pertinentes a este certame em nome da Licitante.
- i) cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração do documento pessoal do sócio ou representante legal da licitante;
- j) a indicação da marca ofertada para cada item licitado;

7. DA SESSÃO DO PREGÃO

7.1. O Pregoeiro, via sistema eletrônico, dará início à Sessão Pública, na data e horário previstos neste Edital.

7.2. Iniciada a sessão pública do pregão eletrônico, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro;

7.3. O Pregoeiro realizará a análise preliminar das propostas registradas conforme item 6.3 acima.

7.3.1. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

7.3.2. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.3.3. Em seguida, no horário marcado será dado início à fase de lances através do sistema eletrônico, observada as regras de aceitação dos mesmos. Todos os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

7.4. Durante o transcurso da sessão pública eletrônica os licitantes serão informados, em tempo real, as mensagens trocadas no *chat* do sistema, inclusive valor e horário do menor lance registrado apresentado pelas licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.

7.5. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, **pelo valor total do lote**, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

7.5.1. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema, obedecendo o valor mínimo exigido entre os lances de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

7.5.2. O sistema eletrônico rejeitará automaticamente os lances em valores superiores aos anteriormente apresentados pela mesma licitante.

7.6. Não serão aceitos, para o valor global, 2 (dois) ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado no sistema em primeiro lugar.

7.7. Caso a licitante não realize lances, permanecerá o valor da proposta eletrônica apresentada para efeito da classificação final.

7.8. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico permanecerá acessível às licitantes para a recepção dos lances. O Pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados. Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

7.9. A etapa de envio de lances na sessão pública adotará o modo de disputa aberto e durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

7.9.1. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o item 7.9, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

7.9.2. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nos itens 7.9 e 7.9.1, a sessão pública será encerrada automaticamente.

7.9.3. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no item 7.9.1, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances em prol da consecução do melhor preço disposto no parágrafo único do art. 7º do Decreto 9.666/2020, mediante justificativa.

7.10. Após encerradas as operações referidas no item acima, o sistema ficará impedido de receber novos lances.

7.11. O Pregoeiro deverá negociar diretamente com o proponente, ofertando uma contra-proposta, para que seja obtido preço melhor.

7.12. Do direito de preferência como critério de desempate:

7.12.1. Encerrada a fase de lances, em caso de ocorrência de participação de licitante que detenha a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte nos termos da Lei Complementar nº 123/06, o sistema averiguará se houve empate.

7.12.2. Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

7.12.2.1. Entendendo-se por empate aquela situação em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao menor preço registrado para o item.

7.12.2.2. O critério de desempate, preferência de contratação, aqui disposto somente se aplicará quando a melhor oferta válida não tiver sido apresentada por microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparada.

7.12.3. Para efeito do disposto no item acima, a preferência será concedida da seguinte forma:

- I - Ocorrendo empate, a microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada melhor classificada poderá apresentar proposta comercial inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado o objeto licitado em seu favor;
- II - O direito de preferência previsto no inciso I será exercido, sob pena de preclusão, após encerramento da rodada de lances, devendo ser apresentada nova proposta no máximo de cinco minutos para o item em situação de empate;
- III - No caso de igualdade de valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem em situação de empate, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que poderá exercer o direito de preferência previsto no inciso I;
- IV - Na hipótese de não contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte ou equiparada com base no inciso I, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem em situação de empate, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.13. O disposto nos itens 7.12.2.2 e 7.12.2.3 somente se aplicará quando a melhor oferta, após a fase de lances, não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

7.14. Na hipótese de não contratação nos termos previstos no item 7.12.1 acima, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente detentora da melhor oferta.

8. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1. O critério de julgamento é baseado no **menor preço global**.

8.2. Considerar-se-á vencedora aquela que, tendo sido aceita, estiver de acordo com os termos deste Edital e seus Anexos, ofertar o menor preço, após a fase de lances e for devidamente habilitada após apreciação da documentação, salvo a situação prevista no item 8.8 deste Edital.

8.3. Declarado o encerramento da etapa competitiva, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira oferta classificada, quanto ao objeto e valor e negociará com o licitante, efetuando uma contraproposta.

8.4. Caso não se realizem lances será verificada a conformidade da proposta de menor preço com as exigências do Edital.

8.5. Havendo apenas uma proposta, desde que atenda a todas as condições do edital e estando o seu preço compatível com os praticados no mercado, poderá ela ser aceita, devendo o Pregoeiro negociar, visando a obter preço melhor.

8.6. Sendo aceitável a oferta de menor preço, o pregoeiro analisará a documentação de habilitação enviada através do sistema comprasnet, em formato PDF, limitado o tamanho em 10mb por arquivo.

8.6.1. A verificação da situação de regularidade do Licitante pela Equipe de Apoio do certame, nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, as quais constituem-se meio legal de prova. Tal verificação tem finalidade complementar de constatação e não substitui a sua obrigação de envio completo de toda a documentação de habilitação.

8.6.2. A licitante que, na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, tenha sido declarada detentora da melhor oferta por utilização do benefício previsto na Lei Complementar nº 123, deverá encaminhar junto a proposta, após a fase de lances, prova de enquadramento da referida condição conforme definido no inciso I do artigo 10 do Decreto Estadual nº 7.466/2011. Será aceito para este fim certidão que ateste o enquadramento expedida pela Junta Comercial ou, alternativamente, documento gerado pela Receita Federal, por intermédio de consulta realizada no sítio www.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional, podendo ser confrontado com as peças contábeis apresentadas ao certame licitatório.

8.7. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, a licitante será declarada vencedora.

8.8. Se a oferta não for aceita ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, salvo na situação prevista no item 9.7, o pregoeiro restabelecerá a etapa competitiva de lances entre os licitantes (Art. 20-A Lei 17.928/12).

8.9. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) Forem elaboradas em desacordo com as exigências do Edital e seus Anexos;
- b) Apresentarem preços irrisórios, simbólicos ou abusivos, ou seja, as que apresentarem preços manifestamente inexequíveis ou superiores ao preço de mercado, de conformidade, subsidiariamente com os Arts.43, inciso IV, 44, parágrafo 3º e 48, incisos I e II da Lei 8.666/93;
- c) Apresentarem propostas alternativas tendo como opção de preço ou marca, ou oferta de vantagem baseada nas propostas das demais licitantes;

8.10. Caso se verifique que a desclassificação ou inabilitação de determinada licitante se deu por ato atentatório à lisura do procedimento de licitação, por ela praticado com má-fé, a mesma poderá sofrer as sanções previstas neste edital.

8.11. Da sessão pública do Pregão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no [site www.comprasnet.go.gov.br](http://www.comprasnet.go.gov.br).

8.12. Havendo empate, no caso de todas licitantes desistirem da fase de lances e se negarem a negociar com o Pregoeiro, serão utilizados para fins de desempate os seguintes critérios:

1º) As disposições dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006;

2º) a ordem de preferência elencada, sucessivamente, no art. 3º, § 2º, da Lei Federal nº 8.666/93; e,

3º) sorteio, pelo sistema eletrônico, nos termos do § único do Art. 37 do decreto Estadual 9.666/2020.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. A habilitação da licitante detentora da melhor oferta será verificada ao final da etapa de lances.

9.2. A licitante detentora da melhor oferta, deverá atender, obrigatoriamente, às seguintes exigências, sob pena de inabilitação:

a) Encaminhar pelo sistema comprasnet, em formato PDF, limitado o tamanho em 10mb por arquivo, a documentação de habilitação para as exigências não contempladas no cadastro obrigatório. Os documentos cuja regularidade deverá ser comprovada por meio de cadastro obrigatório (certificado de registro cadastral emitido pelo CADFOR ou por certificado de registro cadastral que atenda aos requisitos previstos na legislação geral) estão elencados no Anexo II deste Edital e dizem respeito à habilitação jurídica, regularidade fiscal e a qualificação econômico-financeira. O Certificado de Registro Cadastral – CRC, emitido pelo Cadastro Unificado do Estado – CADFOR da Superintendência de Suprimentos e Logística da SEAD, poderá ser impresso pelo Pregoeiro para averiguação da conformidade exigida. Caso o CRC apresente “*status irregular*”, será assegurado a licitante o direito de apresentar, via sistema, a documentação atualizada e regular na própria sessão. O licitante vencedor que se valer de outros cadastros para participar de pregão por meio eletrônico deverá providenciar sua inscrição junto ao CADFOR, como condição obrigatória para a sua contratação.

b) Apresentar **DECLARAÇÃO** (Anexo V) de que a empresa não se acha declarada inidônea para licitar e contratar com o Poder Público ou suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública, e ainda que tem ciência de todas as cláusulas deste Edital;

- c) Apresentar **DECLARAÇÃO** (Anexo VI), junto as demais documentações, declarando que atende plenamente ao que dispõe o Inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal, atestando que não possui em seu quadro, funcionários menores de 18 anos que exerçam trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como que não possui nenhum funcionário menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;
- d) Apenas para as certidões cujo órgão emitente não houver consignado expressamente o prazo de validade, considerar-se-á vencidas quando emitidas em prazo superior a 60 (sessenta) dias;
- e) Certidão de Negativa de Suspensão e/ou Impedimento de Licitar ou Contratar com a Administração Pública, emitida pelo Sistema COMPRASNET.GO, nos termos do art. 5º, §4º, Decreto nº 7.425, de 16 de agosto de 2011;
- f) Apresentar documentos de identificação do representante legal da empresa;
- g) Comprovação de qualificação técnica através de atestado de capacidade técnica (art. 30 da Lei nº 8.666/1993), contendo as informações de contato para sua verificação, se for o caso.
- h) Comprovação de regularidade perante o Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais - CADIN Estadual, nos termos do art. 6º, inciso I, da Lei nº 19.754, de 17 de julho de 2017.
- i) Certidão de Negativa de Suspensão e/ou Impedimento de Licitar ou Contratar com a Administração Pública, emitida pelo Sistema COMPRASNET.GO, nos termos do art. 5º, §4º, Decreto nº 7.425, de 16 de agosto de 2011.

9.2.1. Os documentos devem ser enviados com rubrica e numeração em todas as folhas, pelo representante legal da empresa, resguardando, dessa forma, a segurança dos licitantes e do pregoeiro acerca de eventuais perdas ou extravio;

9.2.2. Em adequação à Lei Federal nº 13.460/2017, além de adotar a autenticação de cópias apresentadas pelo licitante por ato de agente público de seus quadros, desde que à vista dos documentos originais, poderá se exigir cópias autenticadas de documentos dos licitantes, em caso de dúvida da autenticidade dos originais apresentados, devendo tal decisão, por impor ônus e custos aos administrados, ser devidamente motivada, nos termos do art. 50, I e II, da Lei Estadual nº 13.800/01.

9.3. Os documentos extraídos via INTERNET terão seus dados conferidos pela Equipe de Apoio perante o site correspondente.

9.4. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

9.5. Se a documentação de habilitação não atender às exigências deste Edital, o Pregoeiro considerará a licitante inabilitada, estando a licitante sujeita às penalidades cabíveis.

9.5.1. No julgamento da habilitação e das propostas, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.5.2. A existência de registro no CADIN estadual constituirá impedimento à contratação do licitante, nos termos do art. 6º, I e § 1º da Lei Estadual nº 19.754/2017.

9.6. Para as microempresas e empresas de pequeno porte, em cumprimento ao Artigo 5º da Lei Estadual nº 17.928/2012, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, contados do momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração.

9.6.1. O tratamento favorecido previsto no item 9.6 somente será concedido se as microempresas e empresas de pequeno porte apresentarem no certame toda a documentação fiscal exigida, mesmo que esta contenha alguma restrição.

9.6.2. O motivo da irregularidade fiscal pendente será registrado pelo Pregoeiro em ata, com a indicação do documento necessário para comprovar a regularização.

9.6.3. A não-regularização da documentação no prazo estabelecido, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

10. DOS RECURSOS

10.1. Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá, no prazo de 10 (dez) minutos, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, hipótese adstrita ao pregão eletrônico.

10.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas no prazo de 3 (três) dias e em local próprio no sistema eletrônico.

10.3. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejar, apresentar suas contrarrazões no prazo de 3 (três) dias, contados da data final do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

10.4. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, importará na decadência desse direito, e o pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

10.5. Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os que forem enviados pelo *chat*, e-mail, correios ou entregue pessoalmente.

10.6. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

10.7. A decisão do recurso será postada no *site* www.comprasnet.gov.br.

11. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

11.1. Inexistindo manifestação recursal, o Pregoeiro adjudicará o objeto à licitante vencedora. Decididos os recursos, a autoridade superior fará a adjudicação do objeto da licitação;

11.2. A homologação da presente licitação compete ao Secretário(a) de Estado da SEMAD ou a pessoa cuja esta competência tenha sido delegada.

12. DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO

12.1. Homologada a licitação, a licitante vencedora será convocada por contato telefônico ou e-mail para, no prazo de 10 (dez) dias a partir da notificação, retirar a Nota de Empenho e assinar o Contrato.

12.2. A recusa injustificada da adjudicatária, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades previstas em lei, exceção feita às licitantes que se negarem a aceitar a contratação, fora da validade de suas propostas (art. 73 da Lei nº 8.666/1993).

12.3. A rescisão das obrigações decorrentes do presente Pregão se processará de acordo com o que estabelecem os artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

12.3.1. Reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal nº 8.666/93.

- 12.4. As exigências do fornecimento, as quantidades, os prazos, bem como as demais condições constam no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.
- 12.5. Caberá à CONTRATANTE indicar o gestor do contrato, que deverá observar as disposições do Art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 12.5.1. A Contratada deverá nomear preposto para representá-la na execução dos serviços, na forma do art. 68 da Lei Federal nº 8.666/1993.
- 12.6. Como condição para celebração do contrato, o licitante vencedor deverá manter as condições de habilitação.
- a) Se o licitante vencedor não celebrar o contrato ou não apresentar situação regular, é facultado à Administração examinar e verificar a aceitabilidade das propostas subsequentes, na ordem de classificação, procedendo à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste edital.
- b) Quando da contratação com autor de proposta subsequente àquela melhor classificada, deverá a Administração negociar o valor, procurando aproximá-lo daquele ofertado inicialmente.
- 12.7. A contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições da licitação, os acréscimos ou supressões, nos termos do parágrafo 1º do art. 65 da lei Federal nº 8.666/1993.
- 12.8. - No ato da entrega, não será permitida a substituição da marca do produto adjudicado. Com exceção de fato superveniente, não imputável à Contratada, e autorizada por esta Pasta, quanto à inviabilidade de fornecer o objeto na marca inicialmente cotada, observando os seguintes requisitos:
- 12.8.1. - A Contratada deverá apresentar justificativa para a substituição da marca indicada na proposta, assim como a indicação da nova marca e modelo do produto;
- 12.8.2. - Sendo a justificativa plausível, a nova marca e modelo serão analisados, a fim de verificar se atende às exigências técnicas formuladas no Anexo I – Termo de Referência;
- 12.8.3. - A nova marca ofertada deverá ser de qualidade igual ou superior à inicialmente cotada, de forma a atender todos os requisitos que foram solicitados no Anexo I – Termo de Referência.
- 12.8.4. - Caso falte alguns dos requisitos descritos anteriormente, a Administração não poderá aceitar a referida substituição, sob pena de rescisão contratual, conforme art. 78, I, da Lei Federal nº 8.666/93, e eventual penalidade, conforme art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 12.9. - Como condição para contratação, na forma do Acórdão n. 2688/2019 - Plenário TCE, os bancos de dados CEIS e CNEP serão consultados, assim como a certidão do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa – CNJ, da empresa melhor classificada.
- 12.10. - Como condição para contratação, deverá apresentar Prova de regularidade perante o Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais - CADIN Estadual, nos termos do art. 6º, inciso I, da Lei nº 19.754, de 17 de julho de 2017;
- 12.11. - Ocorrerá a retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, nas hipóteses em que a CONTRATADA:
- a) Não produzir os resultados esperados, deixar de executar ou não executar as atividades contratadas com a qualidade mínima exigida;
- b) Deixar de utilizar os recursos exigidos para a execução dos serviços, ou utilizá-los com quantidade inferior à demandada;

13. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

- 13.1. O objeto será recebido, de acordo com o Art. 73 da Lei 8.666/93:
- I - em se tratando de obras e serviços:
- a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;
- b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 desta Lei;
- II - em se tratando de compras ou de locação de equipamentos:
- a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;
- b) definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.
- 13.2. A contratada obriga-se a cumprir às exigências legais e regulamentares referentes à Saúde e Segurança no Trabalho, previstas na legislação e normas expedidas pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho – SEPRT/Ministério da Economia, pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), como também as expedidas pelo poder Executivo do Estado de Goiás e/ou pelo Órgão Gestor da Política de Segurança e Saúde no Trabalho no âmbito do Poder Executivo Estadual;
- 13.3. **Declaração formal e ostensiva da empresa contratada, como condição de celebração do contrato, de que se apresenta em condições de atender ao estabelecido nas Normas Regulamentadoras (NRs) expedidas pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho – SEPRT/Ministério da Economia, e as normas de segurança e saúde no trabalho expedidas pelo poder Executivo do Estado de Goiás, aplicáveis ao objeto do contrato;**
- 13.4. A empresa contratada disponibilizará ao contratante em até 20 (vinte) dias após a assinatura do contrato, cópias dos documentos relacionados a seguir:
- I - Cópia do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), atualizado, de acordo com a Norma Regulamentadora n.º 7 (NR-7), expedida pelo MTE;
- II - Cópia do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), atualizado, de acordo com a Norma Regulamentadora n.º 9 (NR-9), expedida pelo MTE;
- III - Cópias dos Atestados de Saúde Ocupacional (ASO) atualizados, de todos os empregados da contratada que desempenharão suas funções/atividades nas dependências e/ou a serviço do órgão no cumprimento ao objeto do contrato, de acordo com a Norma Regulamentadora n.º 7 (NR-7), expedida pelo MTE;
- IV - Cópia dos comprovantes (certificados ou outros) da realização de cursos/treinamentos de segurança no trabalho aos empregados da contratada, principalmente para trabalhos de alto risco, tais como atividades e operações perigosas com exposição a ruídos ou outras espécies de violência físicas nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial, e outros, em conformidade com as Normas Regulamentadoras (NRs) expedidas pelo MTE;
- V - Cópia dos comprovantes (lista de presença, Ordens de Serviço – OS, certificados ou outras formas de registro) da realização de treinamento de integração/admissional, inclusive da aplicação das Ordens de Serviço (geral ou específicas) fornecidas a cada empregado que desenvolverão atividades de trabalho no cumprimento ao objeto do contrato;
- VI - Cópia das Fichas de Registro de Entrega de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) fornecidos aos empregados que desenvolverão atividades de trabalho nas dependências e/ou a serviço do órgão, no cumprimento ao objeto do contrato;
- VII - Cópias de documentos comprobatórios (diplomas, certificados, etc.) da qualificação, habilitação e/ou capacitação dos empregados autorizados, que desenvolverão atividades de trabalho nas dependências e/ou a serviço do órgão no cumprimento ao objeto do contrato,

quando exigido, de acordo com as normas legais vigentes;

13.5. As cópias dos documentos relacionados anteriormente deverão se encaminhados ao Serviço de Segurança e Saúde no Trabalho do Servidor Público (SESMT Público) para avaliação e validação através de parecer técnico, quanto ao atendimento das exigências das Normas Regulamentadoras expedidas pelo MTE, pelo INSS, pelo poder Executivo do Estado de Goiás e/ou pelo Órgão Gestor da Política de Segurança e Saúde no Trabalho no âmbito do poder executivo estadual, no prazo de dez (10) dias após o recebimento;

13.6. Os serviços contratados somente serão liberados, para início da execução pela contratante, mediante a apresentação de parecer favorável emitido pelo SESMT Público do órgão contratante;

13.7. Para o início efetivo das atividades de trabalho para execução do objeto do contrato, os empregados da empresa contratada deverão apresentar-se devidamente identificados, e de posse e uso de todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) necessários e adequados, de acordo com os riscos aos quais possam ficar expostos;

13.8. A empresa contratada deverá Emitir e Registrar a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) nos casos de ocorrência de acidentes com seus empregados nas dependências e/ou a serviço do órgão contratante, como também os acidentes ocorridos nos trajetos, e posteriormente, encaminhar cópia de tal documento ao SESMT Público do órgão;

13.9. A empresa contratada deverá promover o treinamento dos empregados que desenvolvem atividades de trabalho nas dependências do órgão ou a serviço do mesmo, quando identificado risco de acidentes e/ou a saúde ou integridade física de tais empregados, não treinados antes do início do cumprimento ao objeto do contrato;

13.10. A empresa contratada deverá providenciar sempre que necessário, a elaboração e atualização dos Laudos Técnicos de Insalubridade e/ou Periculosidade conforme estabelecido na Norma Regulamentadora n.º 15 (NR-15) e Norma Regulamentadora n.º 16 (NR-16) expedidas pelo MTE;

13.11. A empresa contratada deverá providenciar a elaboração e manter atualizado o Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), de todos os empregados que desempenham atividades no Órgão, conforme legislação previdenciária vigente;

13.12. A empresa contratada deverá providenciar as atualizações, anualmente ou sempre que necessário, dos programas PPRA, PCMSO, e/ou outros, quando exigidos, de acordo com as Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde no Trabalho, expedidas pelo MTE, para as atividades/serviços contratados;

13.13. A empresa contratada se responsabiliza pelo atendimento e encaminhamento de seus empregados quando acidentados, e quando necessário solicitar auxílio do órgão contratante;

13.14. De acordo com a avaliação do SESMT Público do órgão contratante, a empresa contratada deverá interromper qualquer atividade de trabalho na execução do objeto do contrato, quando identificada qualquer situação/condição que coloque em risco a saúde e/ou a integridade física de seus empregados, dos servidores e/ou empregados público do órgão e/ou de terceiros, cuja solicitação de interrupção poderá ser feita informalmente, até que seja providenciado a emissão de documento com tal finalidade;

13.15. O descumprimento, a qualquer tempo, das cláusulas contratuais ou legislação referente à saúde e segurança no trabalho, implicará na aplicação de advertência, multa e rescisão contratual, em caso de reincidência ou resistência, respondendo o gestor do contrato pela omissão quanto à falta de comunicação ao SESMT Público e a adoção das penalidades contratuais, especialmente caso ocorra acidente de trabalho.

13.16. - **Nos termos da Lei nº 20.489/2019, a Contratada se compromete a implementar o Programa de Integridade (conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria, controle e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública do Estado de Goiás), que deve ser estruturado, aplicado e atualizado de acordo com as características e riscos atuais da atividade da pessoa jurídica, a qual, por sua vez, deve garantir o constante aprimoramento e adaptação do referido programa, visando garantir sua efetividade.**

13.17. A Contratada deverá apresentar GARANTIA CONTRATUAL na forma prevista no item 14 do Termo de Referência.

14. DO PAGAMENTO, DO FATURAMENTO E DO REAJUSTE

14.1. Homologada a licitação, será emitida Nota de Empenho a favor da Adjudicatária, que deverá protocolizar, perante a SEMAD, na GERÊNCIA DE CRIAÇÃO E MANEJO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO a Nota Fiscal/Fatura para ser atestada pelo gestor do contrato.

14.2. Executado o contrato, o seu objeto será recebido:

- a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;
- b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 desta Lei Federal nº 8.666/1993;

14.3. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a protocolização e atesto da Nota Fiscal/Fatura. Em atenção ao disposto no Art. 4º da Lei nº 18.364, de 10 de janeiro de 2014, o pagamento será efetivado por meio de crédito em conta-corrente do favorecido aberta exclusivamente em Instituição Bancária contratada para centralizar movimentação financeira dos Órgãos da Administração Direta (Caixa Econômica Federal).

14.4. Para efetivação do pagamento, a regularidade fiscal deverá ser comprovada pelos documentos hábeis ou por meio do Certificado de Registro Cadastral – CRC, e outros documentos que possam ser considerados pertinentes pelo setor responsável pelo pagamento da SEMAD, devendo a CONTRATADA manter todas as condições de habilitação exigidas pela Lei.

14.5. Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal/Fatura, motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado no item 14.3, passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

14.6. Ocorrendo atraso no pagamento em que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para o mesmo, a CONTRATADA fará jus a compensação financeira devida, desde a data limite fixada para pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios pelo atraso no pagamento serão calculados pela seguinte fórmula:

EM = N x Vp x (I / 365) onde:

EM = Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso de pagamento;

N = Números de dias em atraso, contados da data limite fixada para pagamento e a data do efetivo pagamento;

Vp = Valor da parcela em atraso;

I = IPCA anual acumulado (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado do IBGE)/100.

14.7. Ocorrerá a retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, nas hipóteses em que a CONTRATADA:

- I - Não produzir os resultados esperados, deixar de executar ou não executar as atividades contratadas com a qualidade mínima exigida;
- II - Deixar de utilizar os recursos exigidos para a execução dos serviços, ou utilizá-los com quantidade inferior à demandada

15. DOS RECURSOS FINANCEIROS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. A despesa decorrente da presente licitação, para o ano de 2021, correrá à conta da Dotação Orçamentária nº 2021.21.53.18.541.1011.2039.03, Natureza de despesa 3.3.90.39.36, Fonte 162 e para os exercícios financeiros subsequentes, serão emitidos no respectivo orçamento.

15.2. **A contratada deverá emitir a Nota Fiscal em nome do Fundo Estadual do Meio Ambiente – FEMA, CNPJ, nº. 01.037.124/0001-04.**

15.3. A contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições da licitação, os acréscimos ou supressões, nos termos do § 1º do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/1993.

16. DAS PENALIDADES

16.1. Sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, pelo não cumprimento dos compromissos acordados poderão ser aplicadas, a critério da SEMAD, as seguintes penalidades, conforme disposto nos arts. 86 a 88 da Lei nº 8.666/93, bem como arts. 77 a 83 da Lei Estadual nº 17.928/12:

a) Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato ou instrumento equivalente, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, declarar informações falsas, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato ou instrumento equivalente, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a Administração e será descredenciado do CADFOR, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade sem prejuízo das multas previstas nesse Edital e das demais cominações legais;

b) A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato ou instrumento equivalente, sujeitará a contratada, além das penalidades referidas nesse item, a multa de mora, graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos aos seguintes limites máximos:

I - 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato ou instrumento equivalente, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no caso de recusa do adjudicatário em firmar o contrato ou retirar a nota de empenho, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;

II - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento não realizado;

III - 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento não realizado, por dia subsequente ao trigésimo.

c) Advertência;

d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração

e) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a SEMAD;

f) As sanções previstas nas alíneas a), c), d) e e) poderão ser aplicadas junto a da alínea b).

g) Não será aplicada multa se o atraso na prestação do serviço resultar de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovada.

16.2. Antes da aplicação de qualquer penalidade será garantido à contratada direito ao contraditório e a ampla defesa. A multa poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela SEMAD ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

17. DA CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM

17.1. As controvérsias eventualmente surgidas quanto à formalização, execução ou encerramento do ajuste decorrentes desta licitação, chamamento público ou procedimentos congêneres, serão submetidas à tentativa de conciliação ou mediação no âmbito da **CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL (CCMA)**, na forma da Lei n. 9.307, de 23 de setembro de 1996, e da Lei Complementar Estadual n. 144, de 24 de julho de 2018.

17.2. Os conflitos que possam surgir relativamente ao ajuste decorrente desta licitação, acaso não puderem ser equacionados de forma amigável, serão, no tocante aos direitos patrimoniais disponíveis, submetidos à arbitragem, na forma da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 e da Lei Complementar Estadual nº 144, de 24 de julho de 2018, elegendo-se desde já para o seu julgamento a **CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA)**, outorgando a esta os poderes para indicar os árbitros e renunciando expressamente à jurisdição e tutela do Poder Judiciário para julgamento desses conflitos, consoante instrumento em Anexo.”

a) Qualquer disputa ou controvérsia relativa à interpretação ou execução deste ajuste, ou de qualquer forma oriunda ou associada a ele, no tocante a direitos patrimoniais disponíveis, e que não seja dirimida amigavelmente entre as partes (precedida da realização de tentativa de conciliação ou mediação), deverá ser resolvida de forma definitiva por arbitragem, nos termos das normas de regência da **CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA)**.

A **CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA)** será composta por Procuradores do Estado, Procuradores da Assembleia Legislativa e por advogados regularmente inscritos na OAB/GO, podendo funcionar em Comissões compostas sempre em número ímpar maior ou igual a 3 (três) integrantes (árbitros), cujo sorteio se dará na forma do art. 14 da Lei Complementar Estadual nº 114, de 24 de julho de 2018, sem prejuízo da aplicação das normas de seu Regimento Interno, onde cabível.

b) A sede da arbitragem e da prolação da sentença será preferencialmente a cidade de Goiânia.

c) O idioma da Arbitragem será a Língua Portuguesa.

d) A arbitragem será exclusivamente de direito, aplicando-se as normas integrantes do ordenamento jurídico ao mérito do litígio.

e) Aplicar-se-á ao processo arbitral o rito previsto nas normas de regência (incluso o seu Regimento Interno) da **CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA)**, na Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, na Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015, na Lei Complementar Estadual nº 144, de 24 de julho de 2018 e na Lei Estadual nº 13.800, de 18 de janeiro de 2001, constituindo a sentença título executivo vinculante entre as partes.

f) A sentença arbitral será de acesso público, a ser disponibilizado no sítio eletrônico oficial da Procuradoria-Geral do Estado, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas em lei.

g) As partes elegem o Foro da Comarca de Goiânia para quaisquer medidas judiciais necessárias, incluindo a execução da sentença arbitral. A eventual propositura de medidas judiciais pelas partes deverá ser imediatamente comunicada à **CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA)**, e não implica e nem deverá ser interpretada como renúncia à arbitragem, nem afetará a existência, validade e eficácia da presente cláusula arbitral.”

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. Este Edital deverá ser lido e interpretado na íntegra. Após o registro da proposta no sistema, não serão aceitas alegações de desconhecimento.

18.2. A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, conforme determinação do art. 49 da Lei Federal nº 8.666/1993.

18.2.1. A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 da Lei Federal nº 8.666/1993. Por sua vez, em caso de revogação, há possibilidade de indenizar por perdas e danos, desde que devidamente comprovados os prejuízos efetivos que tenha tido em razão da antecipação de providências realizadas em função da classificação (1º lugar).

- 18.2.2. A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato, neste caso, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 59 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 18.2.3. A Administração poderá, até a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, inabilitar o licitante, por despacho fundamentado, sem direito a indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se vier a ter conhecimento de fato ou circunstância anterior ou posterior ao julgamento da licitação que desabone a habilitação jurídica, as qualificações técnica e econômico-financeiro e regularidade fiscal do licitante.
- 18.3. As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 18.4. Na contagem dos prazos previstos neste Edital excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, considerando-se os dias consecutivos, exceto quando houver disposição em contrário. Somente se iniciam e vencem os prazos em dia de expediente regular e integral na SEMAD.
- 18.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e segurança da contratação.
- 18.6. A contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições da licitação, os acréscimos ou supressões, nos termos do § 1º do Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 18.7. As informações e/ou esclarecimentos serão prestados pelo Pregoeiro através do site www.comprasnet.go.gov.br ficando todos os Licitantes obrigados a acessá-los para obtenção das informações prestadas pelo Pregoeiro.
- 18.8. Caberá também à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 18.9. **Havendo divergências entre a descrição do objeto constante no Edital e a descrição do objeto constante no site www.comprasnet.go.gov.br e nota de empenho, prevalecerá, sempre, a descrição deste Edital.**
- 18.10. Em qualquer fase da licitação, o Pregoeiro poderá promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, bem como sanear os erros de pequena relevância, mediante ato devidamente motivado.
- 18.11. **A Contratada deverá providenciar no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, o acesso para Assinatura Digital de Documentos e Processos (usuário externo), no Sistema Eletrônico de Informações-SEI do Estado de Goiás, conforme instruções contidas no site: http://sei.goias.gov.br/como_se_cadastrar.php.**
- 18.12. Para dirimir as questões relativas ao presente Edital elege-se como foro competente o de Goiânia – GO, com exclusão de qualquer outro.

19. DOS ANEXOS

Constituem Anexos do Edital e dele fazem parte integrante:

- ANEXO I** – Termo de Referência
ANEXO Ia - Planilha Mercadológica
ANEXO II – Relação de Documentos que poderão ser substituídos pela apresentação do Certificado de Registro Cadastral – CRC
ANEXO III – Modelo de Proposta Comercial
ANEXO IIIa - Modelo de planilha de composição de custos
ANEXO IV – Modelo de Declaração de Enquadramento na Lei Complementar nº 123/06
ANEXO V – Modelo de Declaração dos Fatos Impeditivos e Ciência das Cláusulas do Edital
ANEXO VI – Modelo de Declaração Que Não Emprega Menor (art. 7º, XXXIII, CF/88 c/c art. 27, V, Lei 8.666/93)
ANEXO VII - Termo de Vistoria Técnica
ANEXO VIII- Declaração de Dispensa de Vistoria
ANEXO IX - Minuta de Contrato
ANEXO X - Compromisso Arbitral

Goiânia, 19 de novembro de 2021

Morian Scussel Malburg
Pregoeiro

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1. Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço de prevenção e combate a incêndios florestais (BRIGADISTAS), em caráter temporário por 6 (seis) meses, para atuação nas Unidades de Conservação estaduais em Goiás, conforme condições estabelecidas neste Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA

- As características da vegetação nativa predominante no Estado de Goiás e a longa estação seca expõem periodicamente as Unidades de Conservação a uma condição de elevado risco de ocorrência de incêndios florestais.
- Nos últimos anos tem-se observado um aumento na duração e na intensidade do período de estiagem, fato diretamente associado ao aumento nos danos causados pelos incêndios florestais nas unidades de conservação goianas.
- Nesse contexto, a contratação proposta visa oferecer uma resposta adequada ao aumento da pressão e dos impactos causados pelo fogo ao patrimônio natural protegido pelas unidades de conservação, com o fortalecimento das ações de prevenção, preparação e combate aos incêndios florestais.
- A disponibilização de brigadistas florestais se insere nas ações de manejo integrado do fogo nas unidades de conservação estaduais coordenadas pela SEMAD, com o apoio do Corpo de Bombeiros Militar, Polícia Militar Ambiental, Prefeituras Municipais, Empresas, Comunidade Local e Voluntários.
- De forma a garantir a proteção das áreas mais sensíveis ao fogo foram estabelecidos 6 polos regionais para a melhor gestão da estrutura de enfrentamento aos incêndios florestais. Tais polos serão responsáveis pela proteção a 13 unidades de conservação, as quais totalizam uma área de 136.353,62 hectares. Há que se destacar que tais áreas protegem paisagens únicas do bioma Cerrado, além de recursos naturais, exemplares da fauna e flora singulares e/ou ameaçados de extinção.
- De forma objetiva a presente contratação visa ampliar o efetivo de pessoal capacitado a executar as ações de prevenção e combate a incêndios, tais como:
 - Realizar orientações gerais sobre prevenção e combate a incêndios florestais;
 - Identificar os focos de incêndio na sua área de atuação e adotar as medidas necessárias ao seu enfrentamento;
 - Participar das ações de prevenção e combate aos incêndios florestais, em suas diversas modalidades;
 - Outras atividades correlatas.
- A escolha da forma de adjudicação do objeto como um todo se justifica por dois principais motivos. O primeiro é pela economia de contratação em maior escala. O segundo, é que a fragmentação em contratações diversas traz o risco de impossibilidade de execução satisfatória. Isso porque, quando há um incêndio de grandes proporções há o deslocamento de brigadistas entre as unidades de conservação para aumentar a equipe em necessidade. Brigadas diferentes têm grandes chances de possuírem estratégias diferentes e a dificuldade de deslocamento e coordenação em campo durante um incêndio traz um alto

risco tanto para o brigadista quanto para o alcance do objetivo de apagar o incêndio o mais rápido possível. Com uma mesma empresa operando os 6 (seis) polos de brigada) há um standardização de estratégia, coordenação, linguagem e facilidade no rápido deslocamento entre unidades de conservação.

3. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

- Os serviços deverão ser prestados em 6 (seis) polos regionais, que juntos abrangem 13 (treze) unidades de conservação estaduais de proteção integral, definidos pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.
- Ao todo deverão ser ofertados 36 (trinta e seis) postos de trabalho, que se distribuirão conforme regime e local de trabalho relacionados abaixo.
- Cada equipe permanecerá lotada na Unidade de Conservação sede do respectivo Polo Regional definidos pela SEMAD e será composta por 1 líder de brigada e 5 brigadistas.
- De acordo com a programação apresentada pela SEMAD, as equipes serão mobilizadas para a realização de atividades de prevenção, preparação e combate a incêndios nas unidades de conservação pertencentes ao respectivo Polo Regional podendo, em situações excepcionais, serem mobilizadas para atuar em outras unidades de conservação.
- As Unidades de Conservação serão organizadas nos seguintes Polos Regionais:

Polo 1 – Região Metropolitana de Goiânia		Área da UC (ha)	Município (s)
Unidade Central:	Parque Estadual Altamiro de Moura Pacheco		Goianápolis-GO (sede)
Unidades do Polo:	Parque Estadual Altamiro de Moura Pacheco	2.131,52	Goianápolis-GO; Nerópolis-GO; Goiânia-GO
	Parque Estadual do João Leite	2.832,27	Goianápolis-GO; Nerópolis-GO; Goiânia-GO; Terezópolis de Goiás-GO
	Parque Estadual Telma Ortegal	165,96	Abadia de Goiás-GO
Polo 2 – Região Nordeste Goiano			
Unidade Central:	Parque Estadual de Terra Ronca		São Domingos-GO (sede)
Unidades do Polo:	Parque Estadual de Terra Ronca	57.000,00	São Domingos-GO; Guarani-de Goiás-GO
Polo 3 - Região Noroeste Goiano			
Unidade Central:	Parque Estadual do Araguaia		São Miguel do Araguaia-GO (sede)
Unidades do Polo:	Parque Estadual do Araguaia	4.611,80	São Miguel do Araguaia-GO
	Floresta Estadual do Araguaia	8.202,81	São Miguel do Araguaia-GO
Polo 4 - Região Centro Goiano			
Unidade Central:	Parque Estadual dos Pireneus		Pirenópolis-GO (sede)
Unidades do Polo:	Parque Estadual dos Pireneus	2.833,26	Pirenópolis-GO; Corumbá de Goiás-GO; Cocalzinho de Goiás-GO
	Parque Estadual da Serra de Jaraguá	2.828,66	Jaraguá-GO; São Francisco de Goiás-GO
	Parque Estadual da Serra Dourada	30.000,00	Cidade de Goiás-GO; Mossâmedes-GO; Buriti de Goiás-GO
Polo 5 - Região Sudeste Goiano			
Unidade Central:	Parque Estadual da Serra de Caldas Novas		Caldas Novas-GO/ Rio Quente-GO
Unidades do Polo:	Parque Estadual da Serra de Caldas Novas	12.315,35	Caldas Novas-GO/ Rio Quente-GO
	Parque Estadual da Mata Atlântica	938,35	Água Limpa-GO
Polo 6 – Região Norte Goiano			
Unidade Central:	Parque Estadual Águas do Paraíso		Alto Paraíso de Goiás-GO
Unidades do Polo:	Parque Estadual Águas do Paraíso	5.682,44	Alto Paraíso de Goiás-GO
	Estação Ecológica da Chapada de Nova Roma	6.811,20	Nova Roma-GO

QUADRO RESUMO DO SERVIÇO, LOCALIZAÇÃO E VALORES

OBJETO	PRAZO DE EXECUÇÃO	ORDEM	POLOS	LOCAL	VALOR unitário MENSAL (R\$)	VALOR MÉDIO MENSAL (R\$)	VA MÉDIO 6 m (f)
Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço de prevenção e combate a incêndios florestais (BRIGADISTAS) , em caráter temporário por	06 meses	Unidade Central 01	Parque Estadual Altamiro de	Rodovia BR-060/153 Km 127, Zona Rural Goianápolis, Goiás. CEP: 75.170-00	79.476,00	476.856,00	2.861.

06 (seis) meses, para atuação nas Unidades de Conservação estaduais em Goiás, 36 (trinta e seis) postos de trabalho, 40 HORAS semanais		Moura Pacheco		
	Unidade Central 02	Parque Estadual de Terra Ronca	Fazenda Pau Ferrado 1, Zona Rural, à 13 Km do Povoado de São João Evangelista (através da estrada que liga o Povoado de São João Evangelista até o Povoado da Piteira), município de São Domingos, Goiás. CEP: 73.860-000.	79.476,00
	Unidade Central 03	Parque Estadual do Araguaia	Fazenda Araguaia - Próximo ao Rio Araguaia, Zona Rural, São Miguel do Araguaia, Goiás. CEP: 76.598-000	79.476,00
	Unidade Central 04	Parque Estadual dos Pireneus	Fazenda Abade, Morro dos Pireneus, Zona Rural, Cocalzinho de Goiás, Goiás. CEP: 72.975-000.	79.476,00
	Unidade Central 05	Parque Estadual da Serra de Caldas Novas	Serra das Caldas. FEMAGO – Zona Rural, Caldas Novas, Goiás. CEP 75.690-000. Distância de Goiânia: aproximadamente 180 km.	79.476,00
	Unidade Central 06	Parque Estadual Águas do Paraíso	Parque Estadual Águas do Paraíso, Zona Rural, Alto Paraíso de Goiás;	79.476,00

6. Jornada de trabalho

- Regime de trabalho: 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, em tempo integral, com dedicação exclusiva às atividades de prevenção, preparação e combate aos incêndios florestais. As diferenças salariais decorrentes do trabalho em feriados e em horas extras ficam a cargo da CONTRATADA, que deverá incluí-las nos seus custos. Em caso de necessidade de prolongamento da atividade após o horário de trabalho, por ocorrência de incêndios florestais, a CONTRATADA deverá estabelecer banco de horas para os funcionários em atuação, respeitando a jornada de trabalho e as disposições da legislação trabalhista vigente.

7. Especificação dos equipamentos e materiais a serem disponibilizados pela CONTRATADA para utilização durante a prestação de serviços de cada polo:

- 1 Veículo pick-up 4x4: veículos pick-up 4x4 cabine dupla, com menos de 02 (dois) anos de uso, com no máximo 30.000 quilômetros rodados, o veículo 4x4 deverá ter capacidade mínima p/ 5 pessoas em perfeitas condições de uso;
- Combustível: O combustível (gasolina, etanol ou diesel) dos veículos 4x4 será de responsabilidade da CONTRATADA;
- Equipamentos de proteção individual: Os EPIs deverão ser de alta qualidade e conter um conjunto mínimo de coturno, capuz balaclava, calça e gandola anti-chamas, cinto, luva de segurança, perneira, óculos de proteção;
- Equipamento de uso individual: cantil, lanterna, facão, apito;
- Uniformes para a equipe: Uniforme de identificação dos brigadistas com diferenciação do líder de brigada;

8. Especificação dos equipamentos a serem disponibilizados pela SEMAD para utilização durante a prestação de serviços de cada polo:

- A SEMAD disponibilizará equipamentos e ferramentas de prevenção, preparação e combate aos incêndios florestais em cada unidade central dos polos de brigada:
- sopradores a gasolina;
- motosserras a gasolina;
- roçadeiras a gasolina;
- bombas costais (rígida ou flexível);
- queimadores florestal (pinga-fogo);
- Combustível para os equipamentos motorizados, incluindo óleo dois tempos, gasolina ou diesel;
- Jogo de ferramentas agrícolas (facão, foice, enxada, enxadão, lima, picareta, pé-de-cabra, pá, machado e outras ferramentas necessárias à execução das atividades de prevenção, preparação e combate a incêndios florestais);
- A SEMAD poderá fornecer alojamento, nas unidades centrais e polo (quando houver);
- A SEMAD poderá disponibilizar outro (s) veículo (s) de apoio (carro, barco e trator) para acompanhar as atividades de prevenção, preparação e combate a incêndios florestais, sendo que este(s) deverão ser operados exclusivamente por servidor público designado pela instituição.

9. Especificação dos postos e locais de serviços:

- Os serviços serão prestados no interior e no entorno das respectivas Unidades de Conservação, conforme discriminado nas tabelas abaixo:

Polo 1 – Região Metropolitana de Goiânia

Unidade Central:	Parque Estadual Altamiro de Moura Pacheco	
Unidades do Polo:	Parque Estadual Altamiro de Moura Pacheco, Parque Estadual do João Leite, Parque Estadual Telma Ortegal	
Descrição	Nº de Brigadistas	Prazo de execução
Prevenção, preparação e combate a incêndio - Brigadista – 40 horas semanais, podendo ser adotado o sistema de banco de horas quando necessário	06	06
Descrição do veículo	Combustível	Quantidade
Pick-up 4x4 cabine dupla	Diesel ou Flex	1

Polo 2 – Região Nordeste Goiano

Unidade Central:	Parque Estadual de Terra Ronca	
Unidades do Polo:	Parque Estadual de Terra Ronca	
Descrição	Nº de Servidores	Prazo de execução
Prevenção, preparação e combate a incêndio - Brigadista – 40 horas semanais, podendo ser adotado o sistema de banco de horas quando necessário	06	06
Descrição do veículo	Combustível	Quantidade
Pick-up 4x4 cabine dupla	Diesel ou Flex	1

Polo 3 – Região Noroeste Goiano

Unidade Central:	Parque Estadual do Araguaia	
Unidades do Polo:	Parque Estadual do Araguaia e Floresta Estadual do Araguaia	
Descrição	Nº de Servidores	Prazo de execução
Prevenção, preparação e combate a incêndio - Brigadista – 40 horas semanais, podendo ser adotado o sistema de banco de horas quando necessário	06	06
Descrição do veículo	Combustível	Quantidade
Pick-up 4x4 cabine dupla	Diesel ou Flex	1

Polo 4 - Região Centro Goiano

Unidade Central:	Parque Estadual dos Pireneus	
Unidades do Polo:	Parque Estadual dos Pireneus, Parque Estadual da Serra de Jaraguá, Parque Estadual da Serra Dourada	
Descrição	Nº de Servidores	Prazo de execução
Prevenção, preparação e combate a incêndio - Brigadista – 40 horas semanais, podendo ser adotado o sistema de banco de horas quando necessário	06	06
Descrição do veículo	Combustível	Quantidade
Pick-up 4x4 cabine dupla	Diesel ou Flex	1

Polo 5 - Região Sudeste Goiano

Unidade Central:	Parque Estadual da Serra de Caldas Novas	
Unidades do Polo:	Parque Estadual da Serra de Caldas Novas, Parque Estadual da Mata Atlântica	
Descrição	Nº de Servidores	Prazo de execução
Prevenção, preparação e combate a incêndio - Brigadista – 40 horas semanais, podendo ser adotado o sistema de banco de horas quando necessário	06	06
Descrição do veículo	Combustível	Quantidade
Pick-up 4x4 cabine dupla	Diesel ou Flex	1

Polo 6 - Região Norte Goiano

Unidade Central:	Parque Estadual Águas do Paraíso	
Unidades do Polo:	Parque Estadual Águas do Paraíso e Estação Ecológica da Chapada de Nova Roma	
Descrição	Nº de Servidores	Prazo de execução
Prevenção, preparação e combate a incêndio - Brigadista – 40 horas semanais, podendo ser adotado o sistema de banco de horas quando necessário	06	06
Descrição do veículo	Combustível	Quantidade
Pick-up 4x4 cabine dupla	Diesel ou Flex	1

4. ATIVIDADES A SEREM REALIZADAS PELA CONTRATADA

A CONTRATADA deverá executar todas as atividades necessárias à obtenção do escopo contratado, dentre as quais:

1. Brigadista básico:

- Participar em campanhas providas pela Unidade de Conservação e/ou pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;
- Realizar ações de educação ambiental informando sobre os perigos dos incêndios florestais para o público em geral, proprietários rurais, frequentadores e moradores das zonas de amortecimento das Unidades de Conservação, de acordo com cronograma de atividades estipuladas pelo chefe das Unidades de

Conservação;

- Realizar outras atividades preventivas relacionadas ao tema incêndios florestais que sejam necessárias.
- Executar tarefas de abertura e/ou manutenção de aceiros, estradas, caminhos, trilhas e outras atividades que facilitem as ações de deslocamento da brigada, bem como o controle dos incêndios florestais;
- Fazer a limpeza e retirar materiais combustíveis de estradas, aceiros e trilhas que possam favorecer a propagação dos incêndios;
- Realizar capina e remoção de massa vegetal resultante;
- Realizar a limpeza e manter a conservação das instalações destinadas à base da brigada;
- Utilizar adequadamente os equipamentos de proteção individual – EPIs e cumprir todas as normas de segurança;
- Realizar rondas a partir das estradas e pontos estratégicos designados pelo chefe da Unidade de Conservação, comunicando de imediato a detecção de incêndios florestais ao chefe da UC e/ou demais membros da equipe de gestão;
- Atuar no combate aos incêndios florestais, empregando as melhores técnicas e meios disponíveis, sempre seguindo os procedimentos de segurança;
- Realizar o rescaldo nas áreas atingidas por fogo;
- Promover a vigilância nas áreas atingidas pelos incêndios florestais, até a completa extinção do fogo;

2. Brigadista Líder:

- Realizar todas as atividades relacionadas para o Brigadista Básico;
- Realizar a gestão dos equipamentos de proteção coletiva, especialmente do veículo operacional de uso da equipe, realizando a conferência e preparação para o acionamento de emergência de forma a efetivar a pronta-resposta ao atendimento das ocorrências de incêndios florestais;
- Realizar a gestão dos equipamentos de proteção individual da equipe, realizando a conferência e preparação para o acionamento de emergência de forma a efetivar a pronta-resposta ao atendimento das ocorrências de incêndios florestais;
- Atuar na realização das ações preventivas, de acordo com o planejamento apresentado pela SEMAD;
- Definir com o chefe da Unidade de Conservação a estratégia de ação nas ocorrências de incêndios florestais em sua área de atuação;
- Definir com o chefe da UC e com a Gerência de Criação de Manejo de Unidades de Conservação a estratégia de deslocamento entre as UCs do Polo Regional para as ações preventivas e de atendimento de emergência;
- Fazer o preenchimento do formulário SCI 201 – Resumo do Incidente, ou documento equivalente, ao término de cada ocorrência atendida pela equipe.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. Cumprir fielmente todas as disposições contidas no Edital, Termo de Referência e Contrato, desenvolvendo todos os serviços necessários a sua perfeita execução atendendo as solicitações e determinações realizadas por meio de Ordens de Serviço, bem como fornecendo todas as informações solicitadas pela fiscalização do contrato;
2. Fornecer uniforme e EPI mínimo conforme segue:
 - Camiseta;
 - Crachá
 - Calça;
 - Gandola;
 - Chapéu;
 - Bota ou coturno;
 - Cinto;
 - Cinto de guarnição;
 - Óculos de proteção;
 - Protetores contra exposição solar e repelentes contra insetos;
 - Protetor auricular;
 - Perneiras;
 - Balaclava
 - Luvas
 - Cantil
 - Outros equipamentos e EPIs necessários para a realização da atividade, respeitando legislação pertinente à categoria e as especificidades do combate a incêndios florestais.
3. Implantar, no prazo de 20 (vinte) dias corridos após a assinatura do contrato, os serviços relacionados nos itens 3. *Descrição dos serviços* e 4. *Atividades a serem realizadas pela Contratada* do presente Termo de Referência, informando em tempo hábil qualquer motivo impeditivo e/ou que a impossibilite de assumir os postos conforme o estabelecido;
4. Realizar as ações necessárias para garantir a operação nos postos, nos regimes contratados, obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente;
5. Os profissionais deverão apresentar certificado de conclusão de curso de formação de bombeiro civil profissional, segundo regulamentação do Ministério do Trabalho e Previdência Social e apresentar certidões negativas civil e criminal;
6. Os profissionais, no exercício de suas atividades, deverão estar uniformizados e portando crachás ou tarjetas de identificação com nome visível;
7. Garantir que os profissionais tenham experiência em combate a incêndio florestal, com apresentação de certificado de cursos ou treinamento específico para a atuação em áreas florestais.
8. Acompanhado dos materiais/acessórios descritos, deverá ser fornecidos pela empresa prestadora do serviço
9. Efetuar a reposição dos postos de serviço, em caráter imediato, no caso de eventual ausência;
10. Prever disponibilidade de efetivo, dentro dos padrões estabelecidos em contrato, para atender eventuais acréscimos solicitados pela CONTRATADA;
11. Impedir que o funcionário da contratada, no caso de cometer falta disciplinar de natureza grave, seja mantido ou retorne às instalações da UC, devendo imediatamente ser substituído;
12. Atender de imediato as solicitações quanto às substituições dos prestadores serviços não qualificados (incapacidade técnica) e/ou entendida como inadequados (conduta nociva ou atitude hostil), mediante a apresentação de solicitação formal;
13. Instruir o prestador de serviço quanto às necessidades de acatar as orientações dos chefes das Unidades de Conservação, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas de Segurança do Trabalho;
14. O supervisor da CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, inspecionar os postos, no mínimo 01 (uma) vez por semana, em dias e períodos (diurno e noturno) alternados;
15. Apresentar a CONTRATANTE a relação nominal dos empregados em atividade nas dependências das Unidades de Conservação, bem como dos postos de trabalho, comunicando qualquer alteração, sempre que houver mudança, por meio de comunicado escrito;
16. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento das atribuições dos funcionários, descritas neste Termo de Referência e no Contrato;
17. Registrar e controlar diariamente a frequência e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências nos postos em que estiver prestando o serviço;
18. Garantir que seus empregados façam o uso obrigatório de EPI (Equipamento de Proteção Individual);
19. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, cujas reclamações se obrigam prontamente a atender, corrigindo imediatamente as deficiências apontadas, sejam elas relativas à execução dos serviços ou burocráticas, bem como dar ciência, prontamente e por escrito, de qualquer anormalidade verificada na execução dos serviços;
20. Manter afixados nos postos, em local visível, os números dos telefones da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros, da Brigada Voluntária de Incêndios e outros de interesse;
21. Arcar com todos os encargos sociais previstos na legislação vigente e de quaisquer outros (salários, seguro-acidente, taxas, impostos, contribuições, indenizações, vale-refeição, vale transporte e outros que enquadrarem em despesas direta ou indireta), em decorrência da sua condição de empregadora, apresentando mensalmente à CONTRATANTE, a comprovação do recolhimento do FGTS e INSS, sem o que, não serão liberados os pagamentos das Faturas apresentadas à CONTRATANTE, para liquidação;

22. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes nos quais venham a ser vítimas os empregados quando em serviço;
23. Assumir todos os encargos de eventual demanda trabalhista, cível ou penal relacionada aos serviços, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;
24. Responder por danos e desaparecimento de bens móveis/imóveis, materiais públicos bem como avarias que venham a ser causadas por seus empregados ou representantes, a terceiros no local da prestação do serviço, desde que fique comprovada sua responsabilidade, de acordo com o art. 70, da Lei n.º 8.666/93;
25. Manter durante a vigência do contrato as condições de habilitação, apresentando sempre que exigido, os comprovantes de regularidade fiscal;
26. Disponibilizar transporte adequado para locomoção da equipe de funcionários no interior da Unidade de Conservação, conforme descrito no item 3.2.
27. Nomear preposto para acompanhar a execução do contrato.

6. REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO

1. A Contratada deverá alocar mão de obra qualificada para a função, seguindo as prescrições da norma ABNT NBR 14608:2007, principalmente no que diz respeito ao curso de qualificação dos Brigadistas.
2. Os profissionais devem ser formados em centros de treinamento que atendam às normas Estadual, Federal, Ministério do Trabalho e Emprego e Instruções Técnicas do Corpo de Bombeiros Militar.
3. Os profissionais devem estar preparados para o atendimento de Suporte Básico de Vida, Atendimento de Emergências Clínicas e Traumas com base nas normas básicas aplicáveis.
4. Os profissionais a serem contratados deverão, em sua maioria (ao menos 5 dos 8 brigadistas profissionais), serem residentes dos municípios onde se insere cada polo de brigada regional.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

1. Efetuar periodicamente a programação dos serviços a serem executados pela CONTRATADA;
2. Exercer a fiscalização dos serviços por técnicos especialmente designados;
3. Indicar, formalmente, o gestor e/ou o fiscal para acompanhamento da execução contratual;
4. Expedir Ordens de Serviço, com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis da data de início da execução dos mesmos;
5. Encaminhar a liberação de pagamento das faturas da prestação de serviços aprovadas;
6. Indicar instalações sanitárias e de apoio operacional;

8. FISCALIZAÇÃO / CONTROLE DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

1. Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, ao CONTRATANTE é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por prepostos designados, podendo para isso:
2. Ter livre acesso aos locais de execução do serviço;
3. Exercer a fiscalização dos serviços contratados, de modo a assegurar o efetivo cumprimento da execução do escopo contratado, cabendo, também:
4. Realizar a supervisão das atividades desenvolvidas pela CONTRATADA, efetivando avaliação periódica.
5. Fazer exigências à CONTRATADA, sempre que julgar necessário, para a proteção da integridade física dos trabalhadores durante o exercício das atividades e de terceiros, assim como dos seus bens, das suas propriedades e do meio ambiente;
6. Executar mensalmente a medição dos serviços avaliando as quantidades de serviços efetivamente executados e o número de dias efetivamente trabalhados, no período considerado, ou o número de postos/dia medidos, descontando-se do valor devido, o equivalente à indisponibilidade dos serviços contratados por motivos imputáveis à CONTRATADA, sem prejuízo das demais sanções disciplinadas em contrato.

9. DA VISTORIA – RECOMENDADA

1. O interessado em participar desta contratação poderá através de técnico(s), realizar VISITA e VISTORIA, nos POSTOS DE TRABALHO, para levantamento das informações necessárias a correta execução do objeto do presente Termo de Referência, preenchendo o formulário ANEXO I;
2. A vistoria prevista acima e os demais elementos que integram este Termo de Referência deverão ser suficiente para os levantamentos necessários à elaboração da proposta, bem como ao desenvolvimento dos serviços a serem realizados, de modo a não incorrer em eventuais pretensões de acréscimos de serviços e preços. Não serão aceitas reclamações posteriores sob a alegação de aumento de serviços.
3. A visita/vistoria deverá ser agendada junto aos chefes das Unidades de Conservação e funcionários de segunda a sexta-feira, no horário comercial, nos endereços que seguem abaixo:

ORDEM	UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	ENDEREÇO
01	Parque Estadual Altamiro de Moura Pacheco - PEAMP	<ul style="list-style-type: none"> • Rodovia BR-060/153 Km 127, Zona Rural Goianópolis, Goiás. CEP: 75.170-000. • Distância de Goiânia: aproximadamente 15km. • Telefones: (62) 3265-1381 • Chefe da UC: Marcelo Alves Pacheco
02	Parque Estadual do João Leite - PEJOL	<ul style="list-style-type: none"> • Rodovia BR-060/153 Km 127, Zona Rural Goianópolis, Goiás. CEP: 75.170-000. • Distância de Goiânia: aproximadamente 15km. • Telefones: (62) 3265-1381 • Chefe da UC: Marcelo Alves Pacheco
03	Parque Estadual Telma Ortegal - PETO	<ul style="list-style-type: none"> • BR 060, Km 174,5, a 2,3 Km da sede do município de Abadia de Goiás. • Distância de Goiânia: aproximadamente 22 km. • Telefones: (62) 3265-1381 • Chefe da UC: Tiago Cintra Oliveira
04	Parque Estadual de Terra Ronca - PETER	<ul style="list-style-type: none"> • Fazenda Pau Ferrado 1, Zona Rural, à 13 Km do Povoado de São João Evangelista (através da estrada que liga o Povoado de São João Evangelista até o Povoado da Piteira), município de São Domingos, Goiás. CEP: 73.860-000.

		<ul style="list-style-type: none"> Distância de Goiânia: aproximadamente 700 km. Telefones: (62) 3265-1381 Chefe da UC: Wesley Junior de Andrade
05	Estação Ecológica da Chapada de Nova Roma (ESEC CNR)	<ul style="list-style-type: none"> Estrada vicinal subida da serra da Chapada de Nova Roma, à 06 km do povoado de São Sebastião de Nova Roma (Brejão). Município de Nova Roma. Distância de Goiânia: aproximadamente 545km. Telefones: (62) 3265-1381 Chefe da UC: Wesley Junior de Andrade
06	Parque Estadual dos Pirineus - PEP	<ul style="list-style-type: none"> Fazenda Abade, Morro dos Pirineus, Zona Rural, Cocalzinho de Goiás, Goiás. CEP: 72.975-000. Distância de Goiânia: aproximadamente 150km. Telefones: (62) 3265-1381 Chefe da UC: José Divino de Souza Junior
07	Floresta Estadual do Araguaia - FEA	<ul style="list-style-type: none"> Fazenda Araguaia - Próximo ao Rio Araguaia, Zona Rural, São Miguel do Araguaia, Goiás. CEP: 76.598-000. Distância de Goiânia: aproximadamente 550km. Telefones: (62) 3265-1381 Chefe da UC: Fernando Braz dos Santos
08	Parque Estadual do Araguaia - PEA	<ul style="list-style-type: none"> Fazenda Araguaia - Próximo ao Rio Araguaia, Zona Rural, São Miguel do Araguaia, Goiás. CEP: 76.598-000. Distância de Goiânia: aproximadamente 550km. Telefones: (62) 3265-1381 Chefe da UC: Fernando Braz dos Santos
09	Parque Estadual da Serra de Jaraguá - PESJ	<ul style="list-style-type: none"> Parque Estadual da Serra de Jaraguá, Serra de Jaraguá, Zona Rural, Jaraguá, Goiás. CEP: 76.330-000. Distância de Goiânia: aproximadamente 120 km. Telefones: (62) 3265-1381 Chefe da UC: Rodrigo Arantes Melo
10	Parque Estadual da Serra Dourada – PESD	<ul style="list-style-type: none"> Parque Estadual da Serra Dourada, Serra Dourada, Cidade de Goiás, Zona Rural, Goiás. CEP: 76600-000. Distância de Goiânia: aproximadamente 130 km. Telefones: (62) 3265-1381 Chefe da UC: Maurício Veiga Jardim Jácomo
11	Parque Estadual Águas do Paraíso - PEAP	<ul style="list-style-type: none"> Parque Estadual Águas do Paraíso, município de Alto Paraíso; Distância de Goiânia: aproximadamente 430 km. Telefones: (62) 3265-1381 Chefe da UC: Tatiana Mara de Castro Agostinho
12	Parque Estadual de Caldas Novas - PESCAN	<ul style="list-style-type: none"> Serra das Caldas. FEMAGO – Zona Rural, Caldas Novas, Goiás. CEP 75.690-000. Distância de Goiânia: aproximadamente 180 km. Telefones: (62) 3265-1381 Chefe da Unidade: Maurício Vianna Tambellini
13	Parque Estadual da Mata Atlântica - PEMA	<ul style="list-style-type: none"> Fazenda Corumbá 0, Zona Rural, Água Limpa, Goiás. CEP 75.665-000. Distância de Goiânia: aproximadamente 230 km. Telefones: (62) 3265-1381 Chefe da Unidade: Maurício Vianna Tambellini

10. RECEBIMENTO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

1. Será realizada conforme a lei 8.999/93, sendo:

- Provisoriamente, por ocasião da entrega pela CONTRATADA, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação.
 - Definitivamente, após verificação de sua conformidade com as especificações contidas na proposta apresentada e neste TR.
2. Recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
3. A prestação dos serviços não gerará vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e CONTRATANTE, inexistindo qualquer relação entre as partes que possa caracterizar pessoalidade e subordinação direta, assim como não há dedicação de mão de obra exclusiva.

11. GESTÃO, PAPEIS E RESPONSABILIDADES

PAPEL	DESCRIÇÃO	RESPONSABILIDADES

Gestor do contrato	Servidor com atribuições gerenciais, designado para coordenar e comandar o processo de gestão e fiscalização da execução contratual, indicado por autoridade competente.	<ol style="list-style-type: none"> 1. convocar e realizar reunião inicial com a participação dos Fiscais Técnico, Requisitante e Administrativo do Contrato, da CONTRATADA; 2. controlar e monitorar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade, e encaminhar a solicitação de prorrogação, bem como informar do seu término; 3. manter registros formais de todas as ocorrências positivas e negativas da execução do contrato, por ordem histórica; 4. encaminhar as demandas de correção à CONTRATADA, determinando prazo mínimo necessário à regularização das faltas ou defeitos observados; assinatura do Termo de Recebimento Definitivo. 5. identificar e comunicar à unidade competente, formalmente, irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios com a CONTRATADA; 6. acompanhar e exigir o cumprimento, pela CONTRATADA, do cronograma físico-financeiro, e das obrigações assumidas em Contrato; 7. estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar à autoridade competente ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão do objeto contratual; 8. encaminhar à autoridade competente eventuais pedidos de modificação contratual; 9. notificar a CONTRATADA em qualquer ocorrência desconforme com as cláusulas contratuais, sempre por escrito, com prova de recebimento da notificação (procedimento formal, com prazo), determinando prazo certo para a solução da controvérsia apontada; 10. esclarecer dúvidas da CONTRATADA; 11. receber as Faturas/Notas Fiscais e encaminhar para o devido trâmite processual;
--------------------	--	---

1. O Gestor do Contrato será nomeado em portaria específica.

12. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

1. A execução dos serviços terá duração de 6 (seis) meses e o contrato terá duração de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura do Contrato,
2. Caso ocorram prorrogações contratuais, a Contratada deve manter as mesmas condições de habilitação previstas, mantendo os mesmos critérios e condições de qualidade para a execução dos serviços
3. Caso ocorram prorrogações contratuais o contrato será reajustado pelo IGPM ou outro índice de mercado.
4. Caso o índice de reajustamento estabelecido neste TR seja extinto ou de qualquer outra forma não possa mais ser utilizado, o reajustamento utilizará como expressão para cálculo o índice geral de preços de mercado, apresentado por instituição oficial.

13. DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado mensalmente à CONTRATADA, até o 30º (trigésimo) dia útil, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, compreendida nesse período a fase de ateste da mesma - a qual conterá o endereço, o CNPJ, o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da Conta Corrente da empresa, a descrição clara do objeto do contrato - em moeda corrente nacional, por intermédio de Ordem Bancária e de acordo com as condições constantes na proposta da empresa e aceitas pela CONTRATANTE.
2. O pagamento será feito de acordo com a Lei Estadual Nº 18.364 de 10 de janeiro de 2014.
3. Ressalte-se que é vedada à CONTRATADA a vinculação da efetivação do pagamento mensal dos salários dos profissionais ao recebimento mensal do valor afeto ao contrato celebrado.
4. A CONTRATADA deverá encaminhar à CONTRATANTE, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à prestação do serviço, a Nota Fiscal/Fatura, a fim de que sejam adotadas as medidas afetas ao pagamento.
5. Juntamente com a Nota Fiscal/Fatura a CONTRATADA deverá disponibilizar as informações e/ou documentos exigidos no Contrato.
6. A Nota Fiscal/Fatura correspondente será examinada diretamente pelo Gestor designado pela CONTRATANTE, o qual somente atestará a prestação dos serviços contratados e liberará a referida Nota Fiscal/Fatura para pagamento quando cumpridas, pela CONTRATADA, todas as condições pactuadas.
7. Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida pelo Gestor à CONTRATADA e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.
8. À CONTRATANTE reserva-se, ainda, o direito de somente efetuar o pagamento após a atestação de que o serviço foi executado em conformidade com as especificações deste contrato.
9. Ocorrerá a retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, nas hipóteses em que a CONTRATADA:
 - Não produzir os resultados esperados, deixar de executar ou não executar as atividades contratadas com a qualidade mínima exigida;
 - Deixar de utilizar os recursos exigidos para a execução dos serviços, ou utilizá-los com quantidade inferior à demandada;

14. GARANTIA CONTRATUAL

1. A contratada deverá prestar garantia de execução contratual, nos termos do artigo 56 da Lei nº 8.666/93, no montante de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, em até 10 (dez) dias, contados da assinatura do contrato.

15. DAS PENALIDADES E SANÇÕES

1. Sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, pelo não cumprimento dos compromissos acordados poderão ser aplicadas as sanções conforme disposto nos arts. 86 a 88 da lei n. 8.666/93, bem como arts. 77 a 83 da Lei Estadual n. 17.928/12, a critério da SEMAD, as seguintes penalidades:
 - a) Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato ou instrumento equivalente, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato ou instrumento equivalente, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a Administração e será descredenciado do CADFOR, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade sem prejuízo das multas previstas nesse Edital e das demais cominações legais;
 - b) A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato ou instrumento equivalente, sujeitará a contratada, além das penalidades referidas nesse item, a multa de mora, graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos aos seguintes limites máximos:

- I – 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato ou instrumento equivalente, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no caso de recusa do adjudicatário em firmar o contrato ou retirar a nota de empenho, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;
- II – 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento não realizado;
- III – 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento não realizado, por dia subsequente ao trigésimo.
- c) Advertência;
- d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração
- e) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a SEMAD;
- f) As sanções previstas nas alíneas a), c), d) e e) poderão ser aplicadas junto a a alínea b).

2. Antes da aplicação de qualquer penalidade será garantido à contratada direito ao contraditório e a ampla defesa. A multa poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela SEMAD ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.
3. As sanções previstas neste contrato são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis

Documento assinado eletronicamente por **CAIO CESAR NEVES SOUSA, Gerente**

Documento assinado eletronicamente por **FLAVIO LOPES RIBEIRO, Superintendente**

ANEXO Ia
PLANILHA MERCADOLÓGICA

Relatório de Cotação					
Pesquisa realizada entre 03/11/2021 08:00 h e 03/11/2021 18:00 h					
Relatório gerado no dia 03/11/2021 15:16:58					
Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço de prevenção e combate a incêndios florestais (BRIGADISTAS), em caráter temporário por 06 (seis) meses, para atuação nas Unidades de Conservação estaduais em Goiás					
Item	Descrição	Quantidade	Prazo	Valor Médio Mensal R\$	Valor médio pelos 6 meses R\$
1	Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço de prevenção e combate a incêndios florestais (BRIGADISTAS florestal), em caráter temporário para atuação nas Unidades de Conservação estaduais em Goiás	01 serviço para 6 polos regionais	6 meses	mensal	6 meses
	Empresa			Valor Médio Mensal (R\$)	Valor pelos 6 meses (R\$)
1	FIRE TREINAMENTOS LTDA -CNPJ: 39.505.087/0001-94 (000024889130)			500.000,00	3.000.000,00
2	OSCIPI Aliança da Terra (AT)- CNPJ: 07.042.523/0001-40 (000024901425)			547.424,00	3.284.546,00
3	AGUIA RESGATE FORMAÇÃO & APERFEIÇOAMENTO BOMBEIRO CIVIL/RESGATE/EVENTOS - CNPJ: 31.313.843/0001-71 (000024899897)			460.000,00	2.760.000,00
4	BRIGADA ANJOS DA VIDA - CNPJ: 16.869.239/0001-32 (000024887153)			400.000,00	2.400.000,00
				Média Mensal dos Preços Obtidos: R\$	476.856,00

ANEXO II

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS QUE PODERÃO SER SUBSTITUÍDOS PELA APRESENTAÇÃO DO CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL -CRC
A licitante poderá apresentar o CRC em substituição aos documentos relativos à habilitação jurídica, regularidade fiscal e qualificação econômico-financeira, conforme listados abaixo:

16. Habilitação Jurídica

- Registro comercial, no caso de empresa individual;
- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, que poderá ser substituído por documento consolidado das alterações, devidamente comprovado o último registro no órgão próprio e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores;
- Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- Cédula de identidade do sócio ou representante legal da empresa, na forma do inciso I do art. 28 da Lei 8.666/93

17. Regularidade Fiscal

- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Ministério da Fazenda ou prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme art. 29, inc. I, da Lei Federal nº 8.666/1993
- Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- Cópias das certidões negativas de débitos ou equivalentes na forma da lei, relativas:
 - à Seguridade Social – INSS(CERTIDÃO CONJUNTA DA PGFN/RFB/INSS/DIVIDA ATIVA DA UNIÃO, EMITIDA PELA RFB)
 - ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
 - Comprovação de regularidade perante ao CADIN Estadual;
 - CND de Suspensão e/ou impedimento de Licitar ou Contratar com Administração Pública emitida pelo Sistema COMPRASNET.GO,
 - à Fazenda Pública do Estado do domicílio ou sede da licitante (Certidão de Débito em Dívida Ativa);
 - à Fazenda Pública do Município do domicílio ou sede da licitante (Tributos Mobiliários);

VII - à Fazenda Pública do Estado de Goiás (Certidão de Débito em Dívida Ativa).

VIII - à Débitos Trabalhistas - **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**

2.1 Caso a participação no certame se dê através da matriz, com possibilidade de que a execução contratual se dê por filial, ou vice-versa, a prova de regularidade fiscal, mediante apresentação do CRC, deverá ser de ambas (deliberação da Procuradoria Geral do Estado através de seu Despacho "AG" nº 001930/2008).

18. **Qualificação Econômico-Financeira**

- a) Certidão negativa de falência e recuperação judicial, emitida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.
- b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, através de índices oficiais, quando encerrado há mais de três meses da data da apresentação da proposta;
- c) Comprovação da boa situação financeira da empresa através de no mínimo um dos seguintes índices contábeis, o qual deverá ser maior ou igual a 1:
- d) -ILC: Índice de Liquidez Corrente ou,
-ILG: Índice de Liquidez Geral ou,
-GS: Grau de Solvência

ILC =	$\frac{AC}{PC}$	=	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$
ILG =	$\frac{AC + RLP}{PC + PNC}$	=	$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$
GS =	$\frac{AT}{PC + PNC}$	=	$\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$

19. **Qualificação técnica**

- Apresentar para fins de qualificação técnica, no mínimo 01 (um) atestado/declaração fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante já forneceu, satisfatoriamente, o objeto deste edital ou outro semelhante, bem como prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso. O atestado/declaração deverá conter, no mínimo, o nome da empresa/órgão contratante, telefone de contato e o nome do responsável pelo mesmo.

Notas:

- O Certificado de Regularidade de Registro Cadastral - CRC, deverá estar dentro do prazo de validade com status homologado. Caso o CRC apresente "status irregular", será assegurado a licitante o direito de apresentar a documentação atualizada e regular na própria sessão.
As certidões sem prazo de validade deverão ter sido expedidas com prazo não superior a 60 dias de antecedência da data de abertura da licitação.

**ANEXO III
MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2021**

Nome da Empresa:

CNPJ:

Endereço:

Fone: : E-mail:

Conta-Corrente nº: Banco: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL Nº da Agência:

À SEMAD:

Prezados Senhores:

Apresentamos a nossa proposta para o fornecimento do objeto do Pregão Eletrônico nº 27/2021. A validade de nossa proposta é de *** (***** dias corridos, a contar da data de abertura da licitação.

OBJETO	PRAZO DE EXECUÇÃO	ORDEM	POLOS	LOCAL	VALOR unitário MENSAL (R\$)	VALOR MÉDIO MENSAL (R\$)
Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço de prevenção e combate a incêndios florestais (BRIGADISTAS), em caráter temporário por 06 (seis) meses, para atuação nas Unidades de Conservação estaduais em Goiás, 36 (trinta e seis) postos de trabalho, 40 HORAS semanais	06 meses	Unidade Central 01	Parque Estadual Altamiro de Moura Pacheco	Rodovia BR-060/153 Km 127, Zona Rural Goianápolis, Goiás. CEP: 75.170-00		
		Unidade Central 02	Parque Estadual de Terra Ronca	Fazenda Pau Ferrado 1, Zona Rural, à 13 Km do Povoado de São João Evangelista (através da estrada que liga o Povoado de São João Evangelista até o Povoado da Piteira), município de São Domingos, Goiás. CEP: 73.860-000.		
		Unidade Central 03	Parque Estadual do Araguaia	Fazenda Araguaia - Próximo ao Rio Araguaia, Zona Rural, São Miguel do Araguaia, Goiás. CEP: 76.598-000		
		Unidade Central 04	Parque Estadual dos Pirineus	Fazenda Abade, Morro dos Pirineus, Zona Rural, Cocalzinho de Goiás, Goiás. CEP: 72.975-000.		
		Unidade Central 05	Parque Estadual da Serra de	Serra das Caldas. FEMAGO – Zona Rural, Caldas Novas, Goiás. CEP 75.690-000. Distância de Goiânia: aproximadamente 180 km.		

		Caldas Novas	
	Unidade Central 06	Parque Estadual Águas do Paraíso	Parque Estadual Águas do Paraíso, Zona Rural, Alto Paraíso de Goiás;

Finalmente, declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições estabelecidas no Edital da licitação e seus Anexos, conforme demonstrativo abaixo.

Local, __, de _____, de 2021.

Assinatura

**ANEXO IIIa
MODELO DE PLANILHA**

<p>TIPO DE MÃO-DE-OBRA I - MÃO-DE-OBRA (função) REMUNERAÇÃO: 01 - Salário R\$ _____ (_____) 02 - Horas Extras (_____ %) R\$ _____ 03 - Adicionais (periculosidade/ insalubridade) (_____ %) R\$ _____ 04 - Outros (especificar) (_____ %) R\$ _____ 05 - Adicional Noturno (_____ %) R\$ _____ VALOR DA REMUNERAÇÃO: R\$ _____ (_____) VALOR DA RESERVA TÉCNICA: R\$ _____ (_____)</p>
<p>II - ENCARGOS SOCIAIS: incidentes sobre o valor da Remuneração + valor da Reserva Técnica Grupo "A": 01 - INSS (_____ %) R\$ _____ 02 - SESI ou SESC (_____ %) R\$ _____ 03 - SENAI ou SENAC (_____ %) R\$ _____ 04 - INCRA (_____ %) R\$ _____ 05 - Salário Educação (_____ %) R\$ _____ 06 - FGTS (_____ %) R\$ _____ 07 - Seguro Acidente do Trabalho/SAT/INSS (_____ %) R\$ _____ 08 - SEBRAE (_____ %) R\$ _____ Grupo "B": 09 - Férias (_____ %) R\$ _____ 10 - Auxílio Doença (_____ %) R\$ _____ 11 - Licença Paternidade/maternidade (_____ %) R\$ _____ 12 - Faltas Legais (_____ %) R\$ _____ 13 - Acidente de Trabalho (_____ %) R\$ _____ 14 - Aviso Prévio (_____ %) R\$ _____ 15 - 13º Salário (_____ %) R\$ _____ Grupo "C": 16 - Aviso Prévio Indenizado (_____ %) R\$ _____ 17 - Indenização Adicional (_____ %) R\$ _____ 18 - Indenização (rescisões sem justa causa) (_____ %) R\$ _____ Grupo "D": 19 - Incidência dos encargos do grupo "A" sobre os itens do grupo "B" (_____ %) R\$ _____ Grupo "E": 20 - Incidência dos encargos do grupo "A", exceto o item 06, sobre os itens 16 e 17 (_____ %) R\$ _____ VALOR DOS ENCARGOS SOCIAIS: (_____ %) R\$ _____ VALOR DA MÃO-DE-OBRA (Remuneração + Reserva Técnica + Encargos Sociais): R\$ _____, _____ (_____).</p>
<p>III - INSUMOS: 01 - Prêmio assiduidade (se aplicável) R\$ _____ 02 - Exames médicos R\$ _____ 03 - Custo de pagamento salarial R\$ _____ (de acordo com a Tabela do Custo do Lançamento Contábil - Banco Central) 04 - Uniforme R\$ _____ 05 - Equipamentos R\$ _____ 06 - Auxílio alimentação (Vales, cesta básica etc.) R\$ _____ 07 - Vale Transporte R\$ _____ 08 - Manutenção e Depreciação de Equipamentos R\$ _____ 09 - Recrutamento/seleção, Treinamento e Reciclagem de Pessoal R\$ _____ 10 - Seguro de Vida e custo do seguro de responsabilidade civil R\$ _____ 11 - outros (especificar) R\$ _____ VALOR DOS INSUMOS: R\$ _____ (_____). Sobre a composição dos Insumos incidirá o mesmo percentual da Reserva Técnica</p>
<p>IV - DEMAIS COMPONENTES 01 - Despesas Administrativas/Operacionais (_____ %) R\$ _____ 02 - Lucro (_____ %) R\$ _____ VALOR DOS DEMAIS COMPONENTES (01+02): R\$ _____ (_____)</p>
<p>V - TRIBUTOS (ISSQN+COFINS+PIS+C.SOCIAL+IRPJ+Outros) (_____ %) VALOR DOS TRIBUTOS = R\$ _____ (_____)</p>
<p>VI - PREÇO MENSAL DO POSTO (I+II+III+IV+V)</p>

VALOR MENSAL DO POSTO = R\$ _____
(_____)

VII - PREÇO TOTAL ANUAL DOS POSTOS (Preço Mensal Unitário do Posto X 02 Postos X 12 meses)
R\$ _____ (_____)

NOTAS:

- 1) Caso haja necessidade de utilizar o item "Outros", o mesmo deverá ser especificado;
- 2) A data base para efeito de cotação dos preços de mão-de-obra deverá ser a da convenção coletiva mais atual em vigor.
- 3) Os itens dos Grupos "B" e "C" possuem caráter ilustrativo, devendo o proponente, se for o caso, indicar os de sua conveniência;
- 4) Os itens III e IV possuem caráter ilustrativo devendo o proponente, se for o caso, indicar os de sua conveniência;
- 5) Quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas omitidos na proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou a qualquer outro título, devendo os serviços executados não incluir ônus adicionais.

ANEXO IV
MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NA
LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06

(deverá ser entregue, após a fase de lances, junto com a proposta comercial)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2021

A (nome/razão social) _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da lei, que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, e atesta a aptidão para usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar federal n. 123/06, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do artigo 3º da referida Lei.

Local e data.

Representante legal

Nota: A falsidade desta DECLARAÇÃO, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/06, caracterizará crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das penalidades previstas neste Edital.

ANEXO V
MODELO DE DECLARAÇÃO DOS FATOS IMPEDITIVOS E CIÊNCIA DAS CLÁUSULAS DO EDITAL
(deverá ser entregue, após a fase de lances, junto com a proposta comercial)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2021

À
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD
Palácio Pedro Ludovico Teixeira nº 400 – 2º andar, Setor Central – CEP 74.015-908 – Goiânia-GO

Assunto: Declaração

A Empresa _____, CNPJ nº _____, DECLARA:

- Sob as penas da lei, que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigação de declarar ocorrências posteriores.
- Ter ciência de todas as cláusulas do Edital, sendo que o descumprimento de qualquer dessas cláusulas acarretará a aplicação das penalidades conforme art. 87 da Lei nº 8.666/93, principalmente a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- inexistem quaisquer dos fatos impeditivos à participação na licitação, diante das vedações constantes no art. 9º da Lei nº 8.666/1993

Local e data: ___ / ___ / 2021

(carimbo, razão social e assinatura do responsável)

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR
(ART. 7º, XXXIII, CF/88 C/C ART. 27, V, LEI 8.666/93)

(deverá ser entregue, após a fase de lances, junto com a proposta comercial)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2021

_____, inscrito no CNPJ nº _____ / _____ por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____ - DECLARA, em atendimento ao disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal, combinado com o inciso V, do art. 27, da Lei n. 8666/93, que não possui, em seu quadro de pessoal, empregados menores de 18 anos em trabalho noturno, insalubre ou perigoso e qualquer trabalho por menor de 16 anos, salvo, na condição de aprendizes, a partir de 14 anos.

Local e data: ___ / ___ / 2021

ANEXO VII
MODELO DO TERMO DE VISITA TÉCNICA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2021

Atestamos que o Sr(a) _____, CPF _____, representando a empresa _____ CNPJ _____, visitou os locais onde serão prestados os serviços, objetos deste Edital. O interessado participou da visita de campo e tomou conhecimento de todos os aspectos técnicos e condições oferecidas para a execução dos serviços, cumprindo exigência prevista no Edital de Licitação nº 27/2021.

Goiânia, de de 2021.

Assinatura

ANEXO VIII
MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2021

A empresa _____, tendo como seu representante o(a) Sr(a) _____, CPF _____, RG _____ declara que tem conhecimento da área, local, condições e peculiaridades do objeto, não realizando a vistoria no local de execução dos serviços, conforme o Termo de Referência, e que assume a responsabilidade por eventuais constatações posteriores, por facultar a vistoria.

Local e Data
Assinatura do Representante da Empresa

ANEXO IX
MINUTA DO CONTRATO nº ____ / 2021

CONTRATO DE SERVIÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE GOIÁS, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - SEMAD, E A _____

Por este instrumento, de um lado, O **ESTADO DE GOIÁS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF nº 01.409.580/0001-38, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL-SEMAD**, inscrita no CNPJ/MF sob o número 00.638.357/0001-08, com sede administrativa situada na Rua 82, nº 400, Palácio Pedro Ludovico Teixeira, 2º andar, Setor Sul, em Goiânia-GO, doravante denominada CONTRATANTE, representada pela atual Titular da Pasta, Secretária de Estado, Dra. **ANDRÉA VULCANIS**, inscrita na OAB/DF sob o nº 37.330 e no CPF sob o nº 845.216.009-72, residente e domiciliada nesta capital, e de outro lado a empresa _____, situada na _____, inscrita sob CNPJ _____, neste ato representada por _____, CPF nº _____, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram, o presente contrato, decorrente do Pregão Eletrônico 27/2021, nos autos do Processo nº 202100017011930, que ficam fazendo parte integrantes deste instrumento, realizado nos termos do Decreto Estadual nº 9.666/2020, da Lei nº 17.928/2012, e subsidiariamente, no que couber, a Lei nº 8.666/1993, com suas alterações e legislação correlata, sujeitando-se às normas dos supramencionados diplomas legais, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. O presente contrato tem por objeto a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIOS FLORESTAIS (BRIGADISTAS), EM CARÁTER TEMPORÁRIO POR 6 (SEIS) MESES, PARA ATUAÇÃO NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS EM GOIÁS.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO

1. Este contrato guarda consonância com as normas contidas no seu preâmbulo, vinculando-se, ainda, ao Edital de Licitação e seus anexos (SEI 000025343477), à Proposta Comercial (SEI _____), à Nota de Empenho e aos demais documentos que compõem o processo que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E DO DETALHAMENTO DO OBJETO

1. Os valores referentes à contratação objeto do presente observam o discriminado no quadro abaixo, fazendo jus a contratada a eles, uma vez entregue/realizados os produtos/serviços:

OBJETO	PRAZO DE EXECUÇÃO	ORDEM	POLOS	LOCAL	VALOR unitário MENSAL (R\$)	VALOR MÉDIO MENSAL (R\$)
Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço de prevenção e combate a incêndios florestais (BRIGADISTAS), em caráter temporário por 06 (seis) meses, para atuação nas Unidades de Conservação estaduais em Goiás, 36 (trinta e seis) postos de trabalho, 40 HORAS semanais	06 meses	Unidade Central 01	Parque Estadual Altamiro de	Rodovia BR-060/153 Km 127, Zona Rural Goianópolis, Goiás. CEP: 75.170-00		

		Moura Pacheco	
Unidade Central 02	Parque Estadual de Terra Ronca	Fazenda Pau Ferrado 1, Zona Rural, à 13 Km do Povoado de São João Evangelista (através da estrada que liga o Povoado de São João Evangelista até o Povoado da Piteira), município de São Domingos, Goiás. CEP: 73.860-000.	
Unidade Central 03	Parque Estadual do Araguaia	Fazenda Araguaia - Próximo ao Rio Araguaia, Zona Rural, São Miguel do Araguaia, Goiás. CEP: 76.598-000	
Unidade Central 04	Parque Estadual dos Pireneus	Fazenda Abade, Morro dos Pireneus, Zona Rural, Cocalzinho de Goiás, Goiás. CEP: 72.975-000.	
Unidade Central 05	Parque Estadual da Serra de Caldas Novas	Serra das Caldas. FEMAGO – Zona Rural, Caldas Novas, Goiás. CEP 75.690-000. Distância de Goiânia: aproximadamente 180 km.	
Unidade Central 06	Parque Estadual Águas do Paraíso	Parque Estadual Águas do Paraíso, Zona Rural, Alto Paraíso de Goiás;	

- Os serviços deverão ser prestados em 6 (seis) polos regionais, que juntos abrangem 13 (treze) unidades de conservação estaduais de proteção integral, definidos pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.
- Ao todo deverão ser ofertados 36 (trinta e seis) postos de trabalho, que se distribuirão conforme regime e local de trabalho relacionados abaixo.
- Cada equipe permanecerá lotada na Unidade de Conservação sede do respectivo Polo Regional definidos pela SEMAD e será composta por 1 líder de brigada e 5 brigadistas.
- De acordo com a programação apresentada pela SEMAD, as equipes serão mobilizadas para a realização de atividades de prevenção, preparação e combate a incêndios nas unidades de conservação pertencentes ao respectivo Polo Regional podendo, em situações excepcionais, serem mobilizadas para atuar em outras unidades de conservação.
- As Unidades de Conservação serão organizadas nos seguintes Polos Regionais:

Polo 1 – Região Metropolitana de Goiânia		Área da UC (ha)	Município (s)
Unidade Central:	Parque Estadual Altamiro de Moura Pacheco		Goianápolis-GO (sede)
Unidades do Polo:	Parque Estadual Altamiro de Moura Pacheco	2.131,52	Goianápolis-GO; Nerópolis-GO; Goiânia-GO
	Parque Estadual do João Leite	2.832,27	Goianápolis-GO; Nerópolis-GO; Goiânia-GO; Terezópolis de Goiás-GO
	Parque Estadual Telma Ortegal	165,96	Abadia de Goiás-GO
Polo 2 – Região Nordeste Goiano			
Unidade Central:	Parque Estadual de Terra Ronca		São Domingos-GO (sede)
Unidades do Polo:	Parque Estadual de Terra Ronca	57.000,00	São Domingos/GO; Guarani-de Goiás-GO
Polo 3 - Região Noroeste Goiano			
Unidade Central:	Parque Estadual do Araguaia		São Miguel do Araguaia-GO (sede)
Unidades do Polo:	Parque Estadual do Araguaia	4.611,80	São Miguel do Araguaia-GO
	Floresta Estadual do Araguaia	8.202,81	São Miguel do Araguaia-GO
Polo 4 - Região Centro Goiano			
Unidade Central:	Parque Estadual dos Pireneus		Pirenópolis-GO (sede)
Unidades do Polo:	Parque Estadual dos Pireneus	2.833,26	Pirenópolis-GO; Corumbá de Goiás-GO; Cocalzinho de Goiás-GO
	Parque Estadual da Serra de Jaraguá	2.828,66	Jaraguá-GO; São Francisco de Goiás-GO
	Parque Estadual da Serra Dourada	30.000,00	Cidade de Goiás-GO; Mossâmedes-GO; Buriti de Goiás-GO
Polo 5 - Região Sudeste Goiano			
Unidade Central:	Parque Estadual da Serra de Caldas Novas		Caldas Novas-GO/ Rio Quente-GO

Unidades do Polo:	Parque Estadual da Serra de Caldas Novas	12.315,35	Caldas Novas-GO/ Rio Quente-GO
	Parque Estadual da Mata Atlântica	938,35	Água Limpa-GO
Polo 6 – Região Norte Goiano			
Unidade Central	Parque Estadual Águas do Paraíso		Alto Paraíso de Goiás-GO
Unidades do Polo:	Parque Estadual Águas do Paraíso	5.682,44	Alto Paraíso de Goiás-GO
	Estação Ecológica da Chapada de Nova Roma	6.811,20	Nova Roma-GO

7. Jornada de trabalho

- Regime de trabalho: 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, em tempo integral, com dedicação exclusiva às atividades de prevenção, preparação e combate aos incêndios florestais. As diferenças salariais decorrentes do trabalho em feriados e em horas extras ficam a cargo da CONTRATADA, que deverá incluí-las nos seus custos. Em caso de necessidade de prolongamento da atividade após o horário de trabalho, por ocorrência de incêndios florestais, a CONTRATADA deverá estabelecer banco de horas para os funcionários em atuação, respeitando a jornada de trabalho e as disposições da legislação trabalhista vigente.

8. Especificação dos equipamentos e materiais a serem disponibilizados pela CONTRATADA para utilização durante a prestação de serviços de cada polo:

- 1 Veículo pick-up 4x4: veículos pick-up 4x4 cabine dupla, com menos de 02 (dois) anos de uso, com no máximo 30.000 quilômetros rodados, o veículo 4x4 deverá ter capacidade mínima p/ 5 pessoas em perfeitas condições de uso;
- Combustível: O combustível (gasolina, etanol ou diesel) dos veículos 4x4 será de responsabilidade da CONTRATADA;
- Equipamentos de proteção individual: Os EPIs deverão ser de alta qualidade e conter um conjunto mínimo de coturno, capuz balaclava, calça e gandola anti-chamas, cinto, luva de segurança, perneira, óculos de proteção;
- Equipamento de uso individual: cantil, lanterna, facão, apito;
- Uniformes para a equipe: Uniforme de identificação dos brigadistas com diferenciação do líder de brigada;

9. Especificação dos equipamentos a serem disponibilizados pela SEMAD para utilização durante a prestação de serviços de cada polo:

- A SEMAD disponibilizará equipamentos e ferramentas de prevenção, preparação e combate aos incêndios florestais em cada unidade central dos polos de brigada:
 - sopradores a gasolina;
 - motosserras a gasolina;
 - roçadeiras a gasolina;
 - bombas costais (rígida ou flexível);
 - queimadores florestal (pinga-fogo);
- Combustível para os equipamentos motorizados, incluindo óleo dois tempos, gasolina ou diesel;
- Jogo de ferramentas agrícolas (facão, foice, enxada, enxadão, lima, picareta, pé-de-cabra, pá, machado e outras ferramentas necessárias à execução das atividades de prevenção, preparação e combate a incêndios florestais);
- A SEMAD poderá fornecer alojamento, nas unidades centrais e polo (quando houver);
- A SEMAD poderá disponibilizar outro (s) veículo (s) de apoio (carro, barco e trator) para acompanhar as atividades de prevenção, preparação e combate a incêndios florestais, sendo que este(s) deverão ser operados exclusivamente por servidor público designado pela instituição.

10. Especificação dos postos e locais de serviços:

- Os serviços serão prestados no interior e no entorno das respectivas Unidades de Conservação, conforme discriminado nas tabelas abaixo:

Polo 1 – Região Metropolitana de Goiânia

Unidade Central:	Parque Estadual Altamiro de Moura Pacheco	
Unidades do Polo:	Parque Estadual Altamiro de Moura Pacheco, Parque Estadual do João Leite, Parque Estadual Telma Ortegale	
Descrição	Nº de Brigadistas	Prazo de execução
Prevenção, preparação e combate a incêndio - Brigadista – 40 horas semanais, podendo ser adotado o sistema de banco de horas quando necessário	06	06
Descrição do veículo	Combustível	Quantidade
Pick-up 4x4 cabine dupla	Diesel ou Flex	1

Polo 2 – Região Nordeste Goiano

Unidade Central:	Parque Estadual de Terra Ronca	
Unidades do Polo:	Parque Estadual de Terra Ronca	
Descrição	Nº de Servidores	Prazo de execução
Prevenção, preparação e combate a incêndio - Brigadista – 40 horas semanais, podendo ser adotado o sistema de banco de horas quando necessário	06	06
Descrição do veículo	Combustível	Quantidade
Pick-up 4x4 cabine dupla	Diesel ou Flex	1

Polo 3 – Região Noroeste Goiano

Unidade Central:	Parque Estadual do Araguaia	
Unidades do Polo:	Parque Estadual do Araguaia e Floresta Estadual do Araguaia	
Descrição	Nº de Servidores	Prazo de execução
Prevenção, preparação e combate a incêndio - Brigadista – 40 horas semanais, podendo ser adotado o sistema de banco de horas quando necessário	06	06
Descrição do veículo	Combustível	Quantidade
Pick-up 4x4 cabine dupla	Diesel ou Flex	1

Polo 4 - Região Centro Goiano

Unidade Central:	Parque Estadual dos Pireneus	
Unidades do Polo:	Parque Estadual dos Pireneus, Parque Estadual da Serra de Jaraguá, Parque Estadual da Serra Dourada	
Descrição	Nº de Servidores	Prazo de execução
Prevenção, preparação e combate a incêndio - Brigadista – 40 horas semanais, podendo ser adotado o sistema de banco de horas quando necessário	06	06
Descrição do veículo	Combustível	Quantidade
Pick-up 4x4 cabine dupla	Diesel ou Flex	1

Polo 5 - Região Sudeste Goiano

Unidade Central:	Parque Estadual da Serra de Caldas Novas	
Unidades do Polo:	Parque Estadual da Serra de Caldas Novas, Parque Estadual da Mata Atlântica	
Descrição	Nº de Servidores	Prazo de execução
Prevenção, preparação e combate a incêndio - Brigadista – 40 horas semanais, podendo ser adotado o sistema de banco de horas quando necessário	06	06
Descrição do veículo	Combustível	Quantidade
Pick-up 4x4 cabine dupla	Diesel ou Flex	1

Polo 6 - Região Norte Goiano

Unidade Central:	Parque Estadual Águas do Paraíso	
Unidades do Polo:	Parque Estadual Águas do Paraíso e Estação Ecológica da Chapada de Nova Roma	
Descrição	Nº de Servidores	Prazo de execução
Prevenção, preparação e combate a incêndio - Brigadista – 40 horas semanais, podendo ser adotado o sistema de banco de horas quando necessário	06	06
Descrição do veículo	Combustível	Quantidade
Pick-up 4x4 cabine dupla	Diesel ou Flex	1

11. A CONTRATADA deverá executar todas as atividades necessárias à obtenção do escopo contratado, dentre as quais:

Brigadista básico:

- Participar em campanhas providas pela Unidade de Conservação e/ou pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;
- Realizar ações de educação ambiental informando sobre os perigos dos incêndios florestais para o público em geral, propriedades rurais, frequentadores e moradores das zonas de amortecimento das Unidades de Conservação, de acordo com cronograma de atividades estipuladas pelo chefe das Unidades de Conservação;
- Realizar outras atividades preventivas relacionadas ao tema incêndios florestais que sejam necessárias.
- Executar tarefas de abertura e/ou manutenção de aceiros, estradas, caminhos, trilhas e outras atividades que facilitem as ações de deslocamento da brigada, bem como o controle dos incêndios florestais;
- Fazer a limpeza e retirar materiais combustíveis de estradas, aceiros e trilhas que possam favorecer a propagação dos incêndios;
- Realizar capina e remoção de massa vegetal resultante;
- Realizar a limpeza e manter a conservação das instalações destinadas à base da brigada;
- Utilizar adequadamente os equipamentos de proteção individual – EPIs e cumprir todas as normas de segurança;
- Realizar rondas a partir das estradas e pontos estratégicos designados pelo chefe da Unidade de Conservação, comunicando de imediato a detecção de incêndios florestais ao chefe da UC e/ou demais membros da equipe de gestão;
- Atuar no combate aos incêndios florestais, empregando as melhores técnicas e meios disponíveis, sempre seguindo os procedimentos de segurança;
- Realizar o rescaldo nas áreas atingidas por fogo;
- Promover a vigilância nas áreas atingidas pelos incêndios florestais, até a completa extinção do fogo;

Brigadista Líder:

- Realizar todas as atividades relacionadas para o Brigadista Básico;
- Realizar a gestão dos equipamentos de proteção coletiva, especialmente do veículo operacional de uso da equipe, realizando a conferência e preparação para o acionamento de emergência de forma a efetivar a pronta-resposta ao atendimento das ocorrências de incêndios florestais;
- Realizar a gestão dos equipamentos de proteção individual da equipe, realizando a conferência e preparação para o acionamento de emergência de forma a efetivar a pronta-resposta ao atendimento das ocorrências de incêndios florestais;
- Atuar na realização das ações preventivas, de acordo com o planejamento apresentado pela SEMAD;
- Definir com o chefe da Unidade de Conservação a estratégia de ação nas ocorrências de incêndios florestais em sua área de atuação;

- Definir com o chefe da UC e com a Gerência de Criação de Manejo de Unidades de Conservação a estratégia de deslocamento entre as UCs do Polo Regional para as ações preventivas e de atendimento de emergência;
- Fazer o preenchimento do formulário SCI 201 – Resumo do Incidente, ou documento equivalente, ao término de cada ocorrência atendida pela equipe.

CLÁUSULA QUARTA - RECEBIMENTO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

1. A execução do serviço terá início após a emissão da Ordem de Serviço.
2. Será realizada conforme a lei 8.999/93, sendo:
 - Provisoriamente, por ocasião da entrega pela CONTRATADA, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação.
 - Definitivamente, após verificação de sua conformidade com as especificações contidas na proposta apresentada e neste TR.
1. Recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
2. A prestação dos serviços não gerará vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e CONTRATANTE, inexistindo qualquer relação entre as partes que possa caracterizar pessoalidade e subordinação direta, assim como não há dedicação de mão de obra exclusiva.

CLÁUSULA QUINTA - DA GARANTIA CONTRATUAL

1. Para fiel cumprimento das obrigações assumidas, a CONTRATADA prestará garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, que deverá ser apresentada em até 10 (dez) dias após a outorga do contrato, antes da emissão da Ordem de Serviço.
2. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá assegurar o pagamento de:
3. Prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
4. Multas punitivas aplicadas à CONTRATADA;
5. Prejuízos diretos causados ao CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
6. Pagamento de obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, em caso de mão de obra exclusiva, em que poderá ocorrer responsabilidade subsidiária da Administração, se não adimplidas pela CONTRATADA.
7. A CONTRATADA se obriga a apresentar nova garantia no prazo máximo de 48 horas antes do seu vencimento, no caso de prorrogação do contrato. Vale ressaltar que, no caso de redução do seu valor em razão de aplicação de quaisquer penalidades ou, ainda, no caso de elevação do valor do contrato após a assinatura de termo aditivo, o prazo máximo de apresentação de nova garantia ou de garantia complementar será de 10 dias contados da data da notificação ou da assinatura do referido aditamento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

1. Designar o Fiscal do Contrato, nomeando-os quando da assinatura do Contrato, para serem responsáveis pela comprovação da adequação técnica do objeto do Contrato e pelo atestado de cumprimento da execução do Contrato, que permitirá a liquidação da despesa, podendo, para tanto, solicitar apoio do SESMT da SEMAD;
2. Promover, por meio de servidores designados, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços prestados, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, de acordo com os padrões de qualidade definidos pela CONTRATANTE, competindo aos Fiscais/Gestor do Contrato sustar e recusar qualquer serviço que não esteja de acordo com as normas e especificações técnicas usuais;
3. Efetuar periodicamente a programação dos serviços a serem executados pela CONTRATADA;
4. Avaliar técnica, quantitativa e qualitativamente os serviços entregues pela CONTRATADA e realizar a rejeição de eventuais serviços defeituosos, nos termos da Ordem de Serviço, do Contrato, da Proposta da CONTRATADA, do Termo de Referência e seus Anexos;
5. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelos profissionais da CONTRATADA ou Preposto;
6. Indicar instalações sanitárias e de apoio operacional;
7. Proceder a mais ampla fiscalização sobre a fiel entrega e execução dos serviços objetos do Termo de Referência, sem prejuízo da responsabilidade da CONTRATADA;
8. Permitir, quando necessário e exigível pelo serviço a ser prestado, acesso dos profissionais da CONTRATADA às dependências, equipamentos do CONTRATANTE, para a execução dos serviços, respeitando-se as limitações já existentes tais como áreas de segurança, horário de almoço, horários de início e final de expediente, limites de acesso aos finais de semana, dentre outros;
9. Emitir termo de recebimento provisório e definitivo;
10. Providenciar a verificação de cálculo dos valores devidos, a avaliação do atendimento de todas as obrigações contratuais, liquidar a despesa, verificar a quitação das obrigações fiscais, comerciais, trabalhistas e previdenciárias e efetuar o pagamento, na forma e nos prazos convencionados no Contrato;
11. Ante as evidências de necessidade, conveniência e oportunidade de alteração contratual, nos limites da lei, celebrar termo aditivo;
12. Comunicar à CONTRATADA as eventuais irregularidades observadas na execução dos serviços e/ou produtos entregues para adoção das providências saneadoras.
13. Efetuar o pagamento no prazo previsto;
14. Aplicar as sanções, conforme previsto no contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. Atender a todas as condições descritas no Termo de Referência e respectivo Contrato;
2. Manter, durante toda a execução dos serviços e vigência do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação e posteriores necessidades de mudanças tecnológicas, devidamente informadas;
3. Caso recrute e contrate, em regime CLT, mão-de-obra qualificada, em seu nome e sob sua responsabilidade, deverá ser sem qualquer solidariedade da CONTRATANTE, cabendo-lhe efetuar todos os pagamentos, inclusive os relativos aos encargos previstos na legislação trabalhista, previdenciária e fiscal, bem como de seguros e quaisquer outros decorrentes da sua condição de empregadora, assumindo, ainda, com relação ao contingente alocado, total responsabilidade pela coordenação e supervisão dos encargos administrativos, tais como: controle, fiscalização e orientação técnica, controle de frequência, ausências permitidas, licenças autorizadas, férias, punições, admissões, demissões, transferências e promoções;
4. Manter em dia todos os direitos pecuniários de seus colaboradores, tais como horas extras, adicionais noturnos, indenizações e outras vantagens, de forma que não sejam os trabalhos da CONTRATANTE prejudicados em função de reivindicações por parte dos seus colaboradores;
5. Assumir todas as despesas e ônus relativos à pessoal e a quaisquer outras derivadas ou conexas com o Contrato, ficando ainda, para todos os efeitos legais, expressada pela CONTRATADA, a inexistência de qualquer vínculo empregatício entre seus colaboradores e/ou preposto e a CONTRATANTE;
6. Indenizar todos os custos e despesas financeiras que porventura venham a ser suportados pela CONTRATANTE por força de sentença judicial que aponte a existência de vínculo empregatício entre seus colaboradores e/ou preposto da CONTRATADA;
7. Assumir todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus colaboradores no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que verificados nas dependências da CONTRATANTE;
8. Informar à CONTRATANTE, para efeito de controle de acesso às suas dependências, os dados que constam no formulário de acesso às dependências da CONTRATANTE, como: nome, CPF e o respectivo número da carteira de identidade dos colaboradores disponibilizados para a prestação de serviços, bem como ocorrências de afastamento definitivo e as substituições em casos de falta, ausência legal ou férias;
9. Substituir, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, qualquer colaborador cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes insatisfatórios às normas de disciplina, ou ainda, incompatíveis com o exercício das funções que lhe foram atribuídas;

10. Assegurar, nos casos de desastres naturais, acidentes, falhas de equipamentos, falhas de segurança, perda de serviços e ações intencionais, que por ventura possam ocorrer, a continuidade da prestação dos serviços, por meio da execução de planos de contingência, visando à recuperação das operações a tempo de não causar paralisação dos serviços prestados à CONTRATANTE;
11. Certificar-se de que o Preposto mantenha contato com o servidor da CONTRATANTE, responsável pela fiscalização do contrato, periodicamente, adotando as providências requeridas à execução dos serviços pelos empregados da CONTRATADA, comandando, coordenando e observando a execução dos serviços por estes prestados;
12. Obedecer às prerrogativas de Segurança Interna estabelecida nas Normas Internas de Segurança da CONTRATANTE;
13. Responder por todos os danos patrimoniais e de quaisquer naturezas, causados por ação ou omissão de seus profissionais, relacionada à execução dos serviços objeto deste Contrato;
14. Administrar todo e qualquer assunto relativo aos empregados alocados para execução dos serviços, operacionalizando o Contrato;
15. Encaminhar à unidade fiscalizadora todas as faturas dos serviços prestados, detalhando todos os serviços/eventos e suas referidas pontuações para conferência e ateste pelo Gestor/Fiscal do contrato;
16. Reportar a CONTRATANTE imediatamente qualquer anormalidade, erro ou irregularidade que possa comprometer a execução dos serviços e o bom andamento das atividades da CONTRATANTE;
17. Responsabilizar-se pelo fornecimento do objeto do Termo de Referência, respondendo civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, preposto, ou terceiros no exercício de suas atividades, vier a, direta ou indiretamente, causar ou provocar à CONTRATANTE;
18. Obter todas as licenças, aprovações e franquias necessárias à execução dos fornecimentos e dos serviços, pagando os emolumentos prescritos por lei e observando as leis, regulamentos e posturas aplicáveis. É obrigatório o cumprimento de quaisquer formalidades e o pagamento, à sua custa, das multas porventura impostas pelas autoridades, mesmo daquelas que, por força dos dispositivos legais, sejam atribuídas à Administração Pública;
19. Abster-se, qualquer que seja a hipótese, de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto do Contrato, sem prévia autorização da CONTRATANTE;
20. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto do Contrato, respeitando todos os critérios estabelecidos, aplicáveis aos dados, informações e às regras de negócio;
21. Não deixar de executar qualquer atividade necessária ao perfeito fornecimento do objeto, sob qualquer alegação, mesmo sob pretexto de não ter sido executada anteriormente qualquer tipo de procedimento;
22. Prestar qualquer tipo de informação solicitada pela CONTRATANTE sobre os fornecimentos e sobre os serviços contratados, bem como fornecer qualquer documentação julgada necessária ao perfeito entendimento do objeto do Termo de Referência;
23. Alocar profissionais devidamente capacitados e habilitados para os serviços contratados;
24. Responsabilizar-se integralmente pela sua equipe técnica, primando pela qualidade, desempenho, eficiência e produtividade, visando a execução dos trabalhos durante todo o Contrato, dentro dos prazos estipulados, sob pena de ser considerada infração passível de aplicação das penalidades previstas, caso os prazos não sejam cumpridos;
25. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos e incorreções;
26. Sujeitar-se às normas internas da CONTRATANTE em suas dependências, principalmente as de segurança, incluindo aquelas referentes à identificação, trajés, trânsito e permanência;
27. A Inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos nas condições anteriores, não transfere a responsabilidade por seu pagamento a CONTRATANTE, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a CONTRATADA, renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, para com a CONTRATANTE;
28. A contratada obriga-se a cumprir às exigências legais e regulamentares referentes à Saúde e Segurança no Trabalho, previstas na legislação e normas expedidas pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho – SEPR/Ministério da Economia, pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), como também as expedidas pelo poder Executivo do Estado de Goiás e/ou pelo Órgão Gestor da Política de Segurança e Saúde no Trabalho no âmbito do Poder Executivo Estadual;
29. A contratada, não será autorizada a executar qualquer trabalho, objeto do contrato, sem que mesma comprove, mediante apresentação de documentação específica, a habilitação, qualificação, capacitação e/ou autorização de seus empregados, quando exigidos, de acordo com regulamentações e/ou normas legais vigentes;
30. A contratada obriga-se também a cumprir e fazer cumprir todas as exigências legais previstas nas Legislações Trabalhista (Consolidação das Leis do Trabalho – CLT) e Previdenciária expedidas pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho – SEPR/Ministério da Economia, e Ministério da Previdência Social – MPS referentes à segurança e saúde no trabalho, apresentando documentação necessária para comprovação, quando solicitados/exigidos, durante a execução e/ou na conclusão do objeto do Contrato;
31. O descumprimento, a qualquer tempo, das cláusulas contratuais ou legislação referente à saúde e segurança no trabalho, implicará na aplicação de advertência, multa e rescisão contratual, em caso de reincidência ou resistência, respondendo o gestor do contrato pela omissão quanto à falta de comunicação ao SESMT Público e a adoção das penalidades contratuais, especialmente caso ocorra acidente de trabalho.
32. Implantar, no prazo de 20 (vinte) dias corridos após a assinatura do contrato, os serviços relacionados nos itens 3. *Descrição dos serviços* e 4. *Atividades a serem realizadas pela Contratada* do presente Termo de Referência, informando em tempo hábil qualquer motivo impeditivo e/ou que a impossibilite de assumir os postos conforme o estabelecido;
33. Realizar as ações necessárias para garantir a operação nos postos, nos regimes contratados, obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente;
34. Os profissionais deverão apresentar certificado de conclusão de curso de formação de bombeiro civil profissional, segundo regulamentação do Ministério do Trabalho e Previdência Social e apresentar certidões negativas civil e criminal;
35. Os profissionais, no exercício de suas atividades, deverão estar uniformizados e portando crachás ou tarjetas de identificação com nome visível;
36. Garantir que os profissionais tenham experiência em combate a incêndio florestal, com apresentação de certificado de cursos ou treinamento específico para a atuação em áreas florestais, acompanhado dos materiais/acessórios descritos, deverá ser fornecidos pela empresa prestadora do serviço
37. Efetuar a reposição dos postos de serviço, em caráter imediato, no caso de eventual ausência;
38. Prever disponibilidade de efetivo, dentro dos padrões estabelecidos em contrato, para atender eventuais acréscimos solicitados pela CONTRATADA;
39. Impedir que o funcionário da contratada, no caso de cometer falta disciplinar de natureza grave, seja mantido ou retorne às instalações da UC, devendo imediatamente ser substituído;
40. Atender de imediato as solicitações quanto às substituições dos prestadores serviços não qualificados (incapacidade técnica) e/ou entendida como inadequados (conduta nociva ou atitude hostil), mediante a apresentação de solicitação formal;
41. Instruir o prestador de serviço quanto às necessidades de acatar as orientações dos chefes das Unidades de Conservação, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas de Segurança do Trabalho;
42. O supervisor da CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, inspecionar os postos, no mínimo 01 (uma) vez por semana, em dias e períodos (diurno e noturno) alternados;
43. Apresentar a CONTRATANTE a relação nominal dos empregados em atividade nas dependências das Unidades de Conservação, bem como dos postos de trabalho, comunicando qualquer alteração, sempre que houver mudança, por meio de comunicado escrito;
44. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento das atribuições dos funcionários, descritas neste Termo de Referência e no Contrato;
45. Registrar e controlar diariamente a frequência e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências nos postos em que estiver prestando o serviço;
46. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, cujas reclamações se obrigam prontamente a atender, corrigindo imediatamente as deficiências apontadas, sejam elas relativas à execução dos serviços ou burocráticas, bem como dar ciência, prontamente e por escrito, de qualquer anormalidade verificada na execução dos serviços;
47. Manter afixados nos postos, em local visível, os números dos telefones da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros, da Brigada Voluntária de Incêndios e outros de interesse;
48. Arcar com todos os encargos sociais previstos na legislação vigente e de quaisquer outros (salários, seguro-acidente, taxas, impostos, contribuições, indenizações, vale-refeição, vale transporte e outros que enquadrarem em despesas direta ou indireta), em decorrência da sua condição de empregadora, apresentando mensalmente à CONTRATANTE, a comprovação do recolhimento do FGTS e INSS, sem o que, não serão liberados os pagamentos das Faturas apresentadas à CONTRATANTE, para liquidação;
49. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes nos quais venham a ser vítimas os empregados quando em serviço;

50. Assumir todos os encargos de eventual demanda trabalhista, cível ou penal relacionada aos serviços, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;
51. Responder por danos e desaparecimento de bens móveis/imóveis, materiais públicos bem como avarias que venham a ser causadas por seus empregados ou representantes, a terceiros no local da prestação do serviço, desde que fique comprovada sua responsabilidade, de acordo com o art. 70, da Lei n.º 8.666/93;
52. Manter durante a vigência do contrato as condições de habilitação, apresentando sempre que exigido, os comprovantes de regularidade fiscal;
53. Disponibilizar transporte adequado para locomoção da equipe de funcionários no interior da Unidade de Conservação, conforme descrito no item 3.2.
54. Nomear preposto para acompanhar a execução do contrato.
55. Garantir que seus empregados façam o uso obrigatório de EPI (Equipamento de Proteção Individual);
56. Fornecer uniforme e EPI mínimo conforme segue:

- Camiseta;
- Crachá
- Calça;
- Gandola;
- Chapéu;
- Bota ou coturno;
- Cinto;
- Cinto de guarnição;
- Óculos de proteção;
- Protetores contra exposição solar e repelentes contra insetos;
- Protetor auricular;
- Perneiras;
- Balaclava
- Luvas
- Cantil
- Outros equipamentos e EPIs necessários para a realização da atividade, respeitando legislação pertinente à categoria e as especificidades do combate a incêndios florestais.

CLÁUSULA OITAVA - DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

1. A responsabilidade pelo acompanhamento, recebimento, aceite e fiscalização do Contrato ficará por conta de servidor nomeado por portaria específica, de acordo com os artigos 51 a 54 da Lei Estadual nº 17.928/2012 e art. 117 da Lei Federal 14.133/21. São suas atribuições:
 - Acompanhar a execução e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações pactuadas no referido instrumento;
 - Observar e fazer cumprir os prazos de sua vigência;
 - Verificar se os prazos foram atendidos, e se as demais especificações estão de acordo com o contrato;
 - Observar a regularidade das despesas empenhadas, de conformidade com a previsão de pagamento quando for o caso;
 - Atestar a execução total ou parcial do objeto contratado, encaminhando as notas fiscais ao setor competente;

CLÁUSULA NONA - DO PAGAMENTO

1. O pagamento pelos serviços prestados será realizado em até 30 (trinta) dias após a aprovação da nota fiscal (fatura), faturada segundo valores apontados e aferidos, tendo por base o produto efetivamente entregue de acordo com os prazos e qualidade previamente definidos e efetivamente homologados.
2. **A contratada deverá emitir a Nota Fiscal em nome do Fundo Estadual do Meio Ambiente – FEMA, CNPJ, nº. 01.037.124/0001-04.**
3. O Gestor do Contrato terá o prazo máximo de cinco dias úteis, a contar do recebimento da Nota Fiscal, para as devidas conferências e atesto, desde que não haja fato impeditivo para o qual tenha concorrido, de alguma forma, a CONTRATADA.
4. Para que seja efetuado o pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar Nota Fiscal e comprovar a sua regularidade fiscal perante a Seguridade Social (Certidão Negativa de Débitos Relativa às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros), o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (Certidão de Regularidade do FGTS – CRF), a Economia Federal (Certidão Conjunta de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União fornecida pela Receita Federal do Brasil), a Economia Estadual (Certidão Negativa de Débitos Estaduais) e para com a Justiça Trabalhista (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT), admitida certidão positiva com efeito de negativa ou outra equivalente na forma da lei.
5. As notas fiscais apresentadas em desacordo com o estabelecido neste Termo serão devolvidas à CONTRATADA.
6. O CNPJ constante da nota fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta e nota de empenho.
7. Eventual mudança do CNPJ do estabelecimento da CONTRATADA (matriz/filial) encarregada da execução do contrato, entre aqueles constantes dos documentos de habilitação, terá de ser solicitada formal e justificadamente, com antecedência mínima de oito dias úteis da data prevista para o pagamento da nota fiscal, não se aceitando pedido de substituição de CNPJ após o dia 30 de novembro de cada ano.
8. Os pagamentos somente serão efetivados por meio de crédito em conta corrente da CONTRATADA na Caixa Econômica Federal – CEF, que é a Instituição Bancária contratada pelo Estado de Goiás para centralizar sua movimentação financeira, nos termos do Art. 4º da Lei Estadual n. 18.364, de 10 de janeiro de 2014.
9. Ocorrendo atraso no pagamento em que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para o mesmo, esta fará jus à compensação financeira devida, desde a data limite fixada para pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios pelo atraso no pagamento serão calculados pela seguinte fórmula:

$$EM = N \times Vp \times (I/365), \text{ onde:}$$

EM : Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso de pagamento;

N : Número de dias em atraso, contados da data limite fixada para pagamento e a data do efetivo pagamento;

Vp : Valor da parcela em atraso;

I : IPCA anual acumulado (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado, do IBGE)/100.

10. Os valores são fixos e irredutíveis pelo período de 12 (doze) meses

CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA

1. Prazo de vigência: 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura do contrato.
2. Prazo de execução: 6 (seis) meses.
3. O prazo acima referido terá início e vencimento em dia de expediente, excluído o primeiro e incluído o último, e terá validade e eficácia legal após a publicação do extrato deste contrato no Diário Oficial.
4. A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, e mediante Termo Aditivo, acréscimos e supressões que se fizerem necessários até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, de acordo com o parágrafo primeiro do artigo 125 da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Estado de Goiás, para o exercício de 2021: 2021.21.53.18.541.1011.2039.03, Natureza de despesa 3.3.90.39.36, Fonte 162– Fundo Estadual do Meio Ambiente – FEMA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará o contratado, à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato, graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:
 - 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no de recusa do adjudicatário em firmar o contrato, ou ainda na hipótese de negar-se a efetuar o reforço da caução, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;
 - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado ou sobre a parte da etapa do cronograma físico de obras não cumprido;
 - 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado ou sobre a parte da etapa do cronograma físico de obras não cumprida, por dia subsequente ao trigésimo.
2. A multa a que se refere este artigo não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas na Lei Estadual 17.928/2012.
3. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do contratado faltoso, se for o caso.
4. O Licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração e será descredenciado junto ao CADFOR, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas e das demais cominações legais, inclusive advertência.
5. A suspensão de participação em licitação e o impedimento de contratar com a Administração deverão ser graduados pelos seguintes prazos:
 - 6 (seis) meses, nos casos de:
 - aplicação de duas penas de advertências, no prazo de 12 (doze) meses, sem que o fornecedor tenha adotado as medidas corretivas no prazo determinado pela Administração;
 - alteração de quantidade ou qualidade da mercadoria fornecida;
 - 12 (doze) meses, no caso de retardamento imotivado do fornecimento;
 - 24 (vinte e quatro) meses, nos casos de:
 - entregar como verdadeira mercadoria falsificada, adulterada, deteriorada ou danificada;
 - paralisação do fornecimento sem justa fundamentação e prévia comunicação à Administração;
 - praticar ato ilícito visando frustrar os objetivos de licitação no âmbito da administração estadual;
 - sofrer condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de qualquer tributo.
6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas junto ao CADFOR.
7. Antes da aplicação de qualquer penalidade, será garantido à CONTRATADA a ampla defesa e o contraditório.
8. As sanções previstas neste Edital são independentes entre si, podendo ser aplicada de forma isolada ou cumulativa, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, inclusive as previstas no Termo de Referência.
9. Não será aplicada multa se o atraso no fornecimento resultar de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.
10. Pelo descumprimento das demais obrigações assumidas, a licitante estará sujeita ainda às penalidades previstas na Lei nº 17.928/2012, Lei nº 14.133/21 e demais legislações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

1. O descumprimento de qualquer Cláusula ou de simples condição deste contrato, assim como a execução do seu objeto em desacordo com o estabelecido em suas Cláusulas e Condições, inclusive no Termo de Referência, dará direito à CONTRATANTE de promover sua extinção mediante notificação expressa, sem que caiba à CONTRATADA qualquer direito, exceto o de receber o estrito valor correspondente ao fornecimento realizado, desde que estejam de acordo com as prescrições ora pactuadas, assegurada a defesa prévia, conforme Lei Federal 8.666/93.
2. Este contrato poderá ser extinto nos seguintes casos:

- I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editais ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
- VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
- IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

1. A publicação do presente Contrato no Diário Oficial do Estado, por extrato, será providenciada até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias corridos, daquela data, correndo as despesas a expensas da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO

1. As controvérsias eventualmente surgidas quanto à formalização, execução ou encerramento do ajuste decorrentes desta licitação, chamamento público ou procedimentos congêneres, serão submetidas à tentativa de conciliação ou mediação no âmbito da **CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL (CCMA)**, na forma da Lei n. 9.307, de 23 de setembro de 1996, e da Lei Complementar Estadual n. 144, de 24 de julho de 2018.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

1. Os conflitos que possam surgir relativamente ao ajuste decorrente desta licitação, acaso não puderem ser equacionados de forma amigável, serão, no tocante aos direitos patrimoniais disponíveis, submetidos à arbitragem, na forma da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 e da Lei Complementar Estadual nº 144, de 24 de julho de 2018, elegendo-se desde já para o seu julgamento a **CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA**

ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA), outorgando a esta os poderes para indicar os árbitros e renunciando expressamente à jurisdição e tutela do Poder Judiciário para julgamento desses conflitos, consoante instrumento em Anexo.”

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – CASOS OMISSOS

- Os casos omissos serão decididos pelas PARTES, segundo as disposições contidas na Lei Estadual nº 17.928/2012, Lei Federal 14.133/21, e demais normas federais de licitações e contratos administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

- Fica eleito o foro da Comarca de Goiânia, Estado de Goiás, para dirimir dúvidas acaso surgidas em decorrência da execução do presente instrumento.
- E, por assim estarem justos e contratados, assinam digitalmente este instrumento contratual, para todos os efeitos legais.

CONTRATADA

ANDRÉA VULCANIS¹

SECRETÁRIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – SEMAD

¹ Neste ato representada pelo Superintendente de Gestão Integrada, Sr. BRUNNO ALVES DE OLIVEIRA BRITO, conforme Portaria 32/2021-SEMAD publicada no Diário Oficial do Estado nº 23.491 - Suplemento, em 16/02/2021.

ANEXO X

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2021

COMPROMISSO ARBITRAL

- Qualquer disputa ou controvérsia relativa à interpretação ou execução deste ajuste, ou de qualquer forma oriunda ou associada a ele, no tocante a direitos patrimoniais disponíveis, e que não seja dirimida amigavelmente entre as partes (precedida da realização de tentativa de conciliação ou mediação), deverá ser resolvida de forma definitiva por arbitragem, nos termos das normas de regência da CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA).
- A CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA) será composta por Procuradores do Estado, Procuradores da Assembleia Legislativa e por advogados regularmente inscritos na OAB/GO, podendo funcionar em Comissões compostas sempre em número ímpar maior ou igual a 3 (três) integrantes (árbitros), cujo sorteio se dará na forma do art. 14 da Lei Complementar Estadual nº 114, de 24 de julho de 2018, sem prejuízo da aplicação das normas de seu Regimento Interno, onde cabível.
- A sede da arbitragem e da prolação da sentença será preferencialmente a cidade de Goiânia.
- O idioma da Arbitragem será a Língua Portuguesa.
- A arbitragem será exclusivamente de direito, aplicando-se as normas integrantes do ordenamento jurídico ao mérito do litígio.
- Aplicar-se-á ao processo arbitral o rito previsto nas normas de regência (inclusive o seu Regimento Interno) da CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA), na Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, na Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015, na Lei Complementar Estadual nº 144, de 24 de julho de 2018 e na Lei Estadual nº 13.800, de 18 de janeiro de 2001, constituindo a sentença título executivo vinculante entre as partes.
- A sentença arbitral será de acesso público, a ser disponibilizado no sítio eletrônico oficial da Procuradoria-Geral do Estado, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas em lei.
- As partes elegem o Foro da Comarca de Goiânia para quaisquer medidas judiciais necessárias, incluindo a execução da sentença arbitral. A eventual propositura de medidas judiciais pelas partes deverá ser imediatamente comunicada à CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA), e não implica e nem deverá ser interpretada como renúncia à arbitragem, nem afetar a existência, validade e eficácia da presente cláusula arbitral.”

CONTRATADA

ANDRÉA VULCANIS¹

Secretária de Estado – SEMAD

¹ Neste ato representada pelo Superintendente de Gestão Integrada, Sr. BRUNNO ALVES DE OLIVEIRA BRITO, conforme Portaria 32/2021-SEMAD publicada no Diário Oficial do Estado nº 23.491 - Suplemento, em 16/02/2021.

GOIANIA, 19 de novembro de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **MORIAN SCUSSEL MALBURG, Pregoeiro (a)**, em 19/11/2021, às 14:33, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **000025343477** e o código CRC **5BD0236D**.

GERÊNCIA DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS

RUA 82 Nº 400, PALÁCIO PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA, 2º ANDAR, ALA LESTE - Bairro SETOR SUL - GOIANIA - GO - CEP 74015-908
- (62)3201-5210.



Referência: Processo nº 202100017011930



SEI 000025343477